

Sedenir Fiore

**EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA: ALTERNATIVAS DE
ORGANIZAÇÃO NO MUNDO DO
TRABALHO (CHAPECÓ, 1990-2010)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito para defesa, sob a orientação do Professor Dr. Adriano Comissoli.

Passo Fundo

2014

Dedico esta dissertação à minha família, pelos valores apreendidos, que me mostraram a direção correta e me ensinaram a ter fé na vida e a todos àqueles que lutam por um mundo melhor.

Agradecimentos

Ao concluir essa dissertação, relembro com carinho das pessoas e instituições que, no decorrer deste percurso marcaram presença e viabilizaram essa conquista.

De modo muito especial eu agradeço:

À professora Isabel Aparecida Bilhão, minha orientadora, que com sua maneira serena e segura, me estimulou sempre a seguir em frente.

Ao Professor Adriano Comissoli, também meu orientador, pelas valiosas dicas, no final deste trabalho, as quais trouxeram luzes importantes para o fechamento da pesquisa.

À secretaria da pós-graduação, particularmente à Jêifer pela sua dedicação incondicional ao nosso atendimento.

À Universidade de Passo Fundo por ter viabilizado as condições institucionais para que esse mestrado fosse possível.

Aos colegas de trabalho do colégio Marista São Francisco e Sistema Garra, pelo estímulo que sempre me deram e as condições favoráveis que propiciaram, para que este trabalho se concretizasse.

À minha companheira Luciana Ziglio, pela incondicional compreensão à minha inevitável ausência, nos longos dias que a elaboração deste trabalho consumiu.

De um modo muito especial, aos integrantes da COOPER CASA NOVA e da COOPERSOL, pela sua pronta colaboração com o trabalho de pesquisa.

A todos o meu reconhecimento e minha eterna gratidão.

“Os historiadores também se ocupam, em sua prática cotidiana, da formação da consciência social e de suas tensões. Nossa observação raramente é singular: esse objeto do conhecimento, esse fato, esse conceito complexo. Nossa preocupação (...) é com múltiplas evidências, cuja inter-relação é, inclusive, objeto de nossa investigação. Ou, se isolamos a evidência singular para um exame à parte, ela não permanece submissa, como a mesa, ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos. Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do “ser social”, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à experiência.”

(E. P. Thompson).

RESUMO

A presente dissertação investiga as relações sociais de trabalho que se desenvolvem dentro dos empreendimentos de economia solidária, localizados na cidade de Chapecó, SC entre os anos de 1990 e 2010. Ela visa observar se os empreendimentos de economia solidária são significativos, dentro do contexto socioeconômico de Chapecó, para a construção de novas formas de organização do trabalho no período proposto.

O Problema que orientou o percurso desta investigação pode ser assim proposto: os princípios propostos para empreendimentos de economia solidária se efetivam nos empreendimentos estudados? A hipótese que trabalhamos é a de que as formas de organização do trabalho presentes nos empreendimentos solidária se distanciam daquelas identificadas nas empresas capitalistas tradicionais, não como uma nova lógica econômica, mas com elementos que as caracterizam como alternativas. O trabalho foi organizado em três momentos. Num primeiro momento foi contextualizada historicamente a formação socioeconômica da cidade de Chapecó, tratando dos principais aspectos de seu desenvolvimento econômico e a formação do parque agroindustrial da cidade, em seguida foi apresentada, com base na leitura da bibliografia especializada, as principais características da organização do trabalho nas indústrias Sadia S.A e Aurora, atualmente BRF Alimentos, usando estas como modelos comparativos com aquelas analisadas nos empreendimentos de economia solidária. Num segundo momento, analisou-se as formas de organização do trabalho dentro dos empreendimentos de economia solidária por meio da caracterização das relações de trabalho inerentes às empresas solidárias da cidade de Chapecó, tendo como marco temporal inicial os primeiros anos da década de 1990. O terceiro momento voltou-se para a apresentação dos resultados da pesquisa empírica realizada em dois empreendimentos de economia solidária da cidade de Chapecó com o intuito de analisar as principais características de organização social do trabalho observáveis no interior desses empreendimentos e a coerência ou discrepância com a teoria proposta pelos pensadores da economia solidária. Em termos metodológicos optou-se por uma reflexão que combine elementos teóricos, provenientes da pesquisa bibliográfica, e análise empírica, recolhida do estudo dos empreendimentos propostos. Os resultados obtidos confirmam a hipótese de trabalho, sendo que as formas de organização do trabalho no interior dos empreendimentos de economia solidária se distanciam das formas de organização nas agroindústrias do município de Chapecó, pois as empresas solidárias privilegiam a solidariedade em detrimento da competição, a gestão do coletivo ao invés do individualismo e da heterogestão, do valor da vida à reprodução simples do capital.

Palavras Chaves: economia solidária, trabalho, Chapecó, agroindústria.

ABSTRACT

This study investigates social relations of work that develop within the solidarity economy entrepreneurships, located in the city of Chapecó, between the years 1990 and 2010. This research analyses if the solidarity economy entrepreneurships are significant within the socioeconomic context Chapecó for the construction of new forms of work organization in the proposed period. The problem that guided the course of this investigation may be proposed as well as these developments to principles of solidarity economy are effected in the studied projects? The hypothesis is that the forms of work organization present in joint ventures are distant from those identified in the traditional capitalist enterprises, not as a new economic logic, but with elements that characterize like alternatives. The research was organized in three chapters. At first it was historically contextualized socioeconomic formation City Chapecó, dealing with major issues of economic development and the formation of the agro industry park city then was presented, based on the reading of the relevant literature, the main features of the organization of work in industries Sadia S/A and Aurora currently BRF foods, using these as comparative with those analyzed in the projects of solidarity economy models. Secondly, we analyzed the forms of organization of work within the solidarity economy entrepreneurships through the characterization of labor relations inherent solidarity City businesses Chapecó, with the initial timeline the early years of the 1990s. The third chapter did to the presentation of the results of empirical research in two joint ventures city's economy Chapecó in order to analyze the main features of social organization of observable work with in these developments and the consistency or inconsistency with the theory proposed by the thinkers of the solidarity economy. In methodological terms, we chose to reflect that combines theoretical, elements from the literature and empirical analysis, taken from the study of the proposed developments. The results confirm the hypothesis, and the forms of organization of work within the solidarity economy entrepreneurships. Move away from the forms of organization of agro industry in Chapecó because solidarity economy entrepreneurships. Instead of competition, management of the collective instead of individualism, the value of life to the simple reproduction of capital.

Key words: solidarity economy, work, Chapecó, agroindustry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Chapecó no Estado de Santa Catarina	17
Figura 2 - Contribuição percentual dos setores na composição do PIB catarinense (1998)	24

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O Crescimento da população de Chapecó de 1940 a 199822

Tabela 2 - Principais agroindústrias de Chapecó até 199523

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS-CUT: Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores

AMEOSC: Associação dos Municípios de Santa Catarina

APACO: Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

BRF: Brasil Foods

CEPA/SC: Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CREDI CHAPECÓ: Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó.

CRESOL: Sistema Integrado de Cooperativas de crédito

CQS: Círculos de Qualidade Sadia

ECOSOL: Sistema Nacional de Cooperativas de economia e crédito Solidário

EPAGRI: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ES: Economia Solidária

FCES: Fórum Catarinense de Economia Solidária

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FRES: Fórum Regional de Economia Solidária

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITCP: Incubadora de Cooperativas Populares

MCT: Ministério de Ciência e Tecnologia

MDS: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome

MPA: Programa de Mini-Projetos Alternativos

MST: Movimento dos Sem Terras

NUPES: Núcleo de Pesquisa em Economia Solidária

SEBRAE: Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES: Secretária Nacional de Economia Solidária

TQC: Controle de Qualidade Total

UCAF: União Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense

UNOCHAPECÓ: Universidade Comunitária Regional de Chapecó

USP: Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA- ECONÔMICA DE CHAPECÓ	23
1.1. Histórico Socioeconômico de Chapecó	23
1.2. O Desenvolvimento das Agroindústrias em Chapecó	28
1.2.1. A Sadia S/A e a Perdigão Indústria de Alimentos	33
1.3. Formas de Organização do Trabalho nas Agroindústrias de Chapecó	36
1.3.1. Organização do Trabalho nas Agroindústrias a partir de 1990.....	39
2. TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CHAPECÓ	44
2.1. Formas de Organização do Trabalho Propostas pela Economia Solidária	44
2.2. Avanços e Limites da Organização do Trabalho nos Empreendimentos de Economia Solidária.....	50
2.3. Os Empreendimentos Solidários de Chapecó	54
2.3.1. Desenvolvimento da Economia Solidária em Chapecó	55
3. RELAÇÕES DE TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE CHAPECÓ.....	61
3.1. Apresentação dos Empreendimentos Selecionados para a Pesquisa	66
3.2. Caracterização dos Sujeitos Inseridos nos Empreendimentos estudados	70
3.3. Sobre a Dinâmica de Funcionamento dos Empreendimentos.....	74
3.3.1. Formas de Organização do Trabalho	74
3.3.2. Critérios de Remuneração	79
3.3.3. Relacionamento entre Cooperados e Rotatividade	82
3.4. Sobre a Experiência do Trabalho Autogestionário nos Empreendimentos.....	85
CONCLUSÃO GERAL	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93
APÊNDICE	101

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo o estudo das relações sociais de trabalho que se desenvolvem dentro dos empreendimentos de economia solidária, localizados na cidade de Chapecó, SC entre os anos de 1990 e 2010.

O problema de pesquisa que proponho visa observar se os empreendimentos de economia solidária são significativos, dentro do contexto socioeconômico de Chapecó, para a construção de novas formas de organização do trabalho no período proposto, ou seja, pretendo responder a seguinte pergunta: os princípios propostos para empreendimentos de economia solidária se efetivam nestes empreendimentos? Para realizar esta análise, faz-se necessário responder as seguintes questões: Como se caracterizam as formas de organização do trabalho nas agroindústrias de Chapecó? Como se caracterizam as formas de organização do trabalho nos empreendimentos de economia solidária de Chapecó? Em que medida os ideais da economia solidária, que figuram em seus principais pensadores, estão presentes no cotidiano das empresas solidárias? Que outras possibilidades podem ser percebidas a partir da constatação de formas alternativas de organização do trabalho?

Os estudos teóricos que servem como ponto de partida para as reflexões aqui realizadas são os de Paul Singer (2000, 2002) e Ricardo Antunes (1999, 2006, 2007), que a partir de uma orientação materialista histórica, oferecem instrumental para uma análise da reelaboração das formas de organização do trabalho que ocorre no interior dos empreendimentos de economia solidária e que se refletem no contexto econômico da sociedade onde estão inseridos. Interessa-me, particularmente, discutir a importância das formas de organização do trabalho vivenciadas pelos trabalhadores inseridos na dinâmica da economia solidária no contexto da cidade de Chapecó.

A escolha do objeto de investigação decorre essencialmente da convicção de que estes estudos podem colaborar para o aprofundamento de uma discussão acadêmica acerca dos processos de organização do trabalho dentro dos empreendimentos de economia solidária.

A categoria “trabalho” não tem uma única concepção aceita dentro das ciências, historicamente o conceito evoluiu e se diversificou. Podemos didaticamente distinguir

quatro concepções para o termo trabalho: a clássica, a capitalista tradicional, a marxista e a gerencialista. Como explica a psicóloga Lívia de Oliveira Borges:

A concepção clássica origina-se na filosofia. Ao trabalho era atribuída baixa centralidade, pois o principal valor estava pautado no ócio, e nas atividades intelectuais e políticas. Já na concepção capitalista tradicional, o trabalho é exaltado e era-lhe conferido alta centralidade, esta concebe o trabalho como mercadoria. A concepção marxista parte da crítica à concepção anterior, que atribui elevada centralidade ao mesmo na vida das pessoas, refuta a construção e expressividade do homem por meio de seu trabalho. Defende o trabalho produtor, expressivo, criativo e desafiante. Caracteriza a sociedade capitalista como propulsora do trabalho representado como mercadoria, alienante, humilhante, embrutecedor e submisso. A visão gerencialista surge com o objetivo de amenizar as consequências indesejáveis do capitalismo tradicional. Trata-se de uma tentativa de reação às críticas da concepção marxista junto a outros movimentos, como o anarquismo. Tem por influência a corrente keynesiano-fordista, a administração e os estudos referentes à psicologia organizacional. Se comparado às concepções capitalista e marxista, “concebe uma centralidade mais baixa ao trabalho” (BORGES, 1999, p.84).

Ademais dessas quatro concepções, Borges ainda cita mais duas, ligadas diretamente à configuração produtiva atual. São elas: centralidade expressiva e centralidade externa, as duas retratam o trabalho pelo avanço tecnológico, sendo que a segunda defende a justiça no trabalho, a redução da jornada e a valorização do prazer, ou seja, dos espaços do não trabalho (BORGES, 1999). Etimologicamente o significado do termo trabalho vem do latim vulgar *tripalium* que era um instrumento de tortura, como explica Francisco Bueno:

Associa-se a palavra trabalho ao verbo *tripaliare*, igualmente do latim vulgar, que significava "torturar sobre o *trepalium*", mencionado como uma armação de três troncos, ou seja, suplício que substituiu o da cruz (...). Por muito tempo, a palavra trabalho significou experiência dolorosa, padecimento, cativo, castigo (BUENO: 1988, p.25).

Em muitas línguas, trabalhar tem mais de um significado, por exemplo, no latim temos *laborare*, que é a ação de transformar, trabalhar, e *operare*, que significa o modo que se faz algo; em alemão trabalhar assume as formas: *werk*, que é criar e *arbeit*, que é esforço, cansaço (ALBORNOZ, 1994).

Tratarei a categoria trabalho sob a óptica histórico-ontológica, cientes de que mesmo tomando diversos significados no decorrer da história, todo o trabalho supõe

uma tendência para um fim, portanto ele é essencialmente teleológico e ontológico, como afirma o sociólogo Giovanni Alves:

O princípio ontológico constitutivo do ser social é um traço distintivo primordial da espécie *homo sapiens* (...). Apenas o animal Homem tornou-se capaz de constituir um intercâmbio orgânico com a natureza, no sentido de mudar as formas da matéria, constituindo objetivações que aparecem como segunda natureza em sua busca pela satisfação das necessidades vitais. (ALVES, 2007, p.71).

Sendo assim, o que nos diferencia do fazer animal é o fato de que nossa produção é objetiva, seja ela material ou imaterial. É a relação de transformação do ser social para com a natureza que caracterizamos como trabalho (ANTUNES, 2009). Referindo-se às especificidades do trabalho humano, Marx já se utilizou da seguinte fórmula explicativa:

O que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade. Na extremidade de todo processo de trabalho, chegamos a um resultado já existente antes na imaginação do trabalhador ao começá-lo. Ele não apenas efetua uma mudança de forma no material com que trabalha, mas também concretiza uma finalidade dele próprio que fixa a lei de seu *modus operandi*, e à qual tem de subordinar sua própria vontade. E essa subordinação não é um ato simplesmente momentâneo. Além do esforço de seus órgãos corporais, o processo exige que durante toda a operação, a vontade do trabalhador permaneça em consonância com sua finalidade. Isso significa cuidadosa atenção (MARX, O capital, I, p.197).

Assim, para Marx, o que distingue o trabalho humano das abelhas é que este é realizado com um objetivo pensado, planejado anteriormente e modificado com o passar do tempo. O trabalho humano implica primeiramente na intenção de realizar algo, sendo que esta intenção e o seu resultado podem ser designados como trabalho. Atualizando essa reflexão, a socióloga Suzana Albornoz explica que:

O trabalho do homem aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a intenção e direção do seu esforço. Trabalho neste sentido possui o significado ativo de um esforço afirmado e desejado para a realização de objetivos; onde até mesmo o objetivo realizado, passa a ser chamado de trabalho. Trabalho é o esforço e também seu resultado: a construção enquanto processo e ação, e o edifício pronto (ALBORNOS, 1194, p.11).

Hannah Arendt, em sua obra *A condição humana*, diferencia os termos labor e trabalho na Antiguidade. Para ela, labor é o conjunto de atividades realizadas pelo corpo para a sobrevivência e o trabalho está relacionado ao ato de transformar, fabricar. Para

Arendt o labor é cíclico, se repete sem um fim criativo, enquanto o trabalho é designado a um fim (ARENDR, 1997, p.105), ou seja, é teleológico.

Pode-se inferir que na Antiguidade entende-se o trabalho distinto do labor, e ainda em oposição ao ócio, considerado o nobre espaço da política praticado na *Ágora* grega (espaço público). O trabalho, como explica Arendt, é mais que labor, porque não é só cíclico e sim, um ato criativo, pensado, planejado, porém ainda feito na esfera privada e com um valor social inverso à vida contemplativa.

O trabalho contemporaneamente é entendido conceitualmente, segundo Castel, como “suporte privilegiado de inscrição da estrutura social e enquanto definidor do lugar ocupado pelos sujeitos na estrutura social” (CASTEL, 1998, p.24). Sendo assim, a mudança nas formas de organização do trabalho implicam, necessariamente, na fragilização ou na afirmação social do indivíduo.

Ainda segundo Castel, na atualidade, o trabalho ganha o caráter de produtor de processos de inclusão ou de exclusão e não mais somente o caráter técnico (CASTEL, 1998). Assim, o ter ou não trabalho, determina a colocação social do indivíduo. Essa reflexão aponta para a dicotomia entre o trabalho e o não trabalho. Por exemplo, os trabalhadores que perdem seus postos de trabalho são definidos como aqueles que ficam à margem da sociedade.

Cabe aqui discutir também acerca da construção do conceito de economia solidária que permeará toda nossa discussão sobre as formas de organização do trabalho.

Jean-Louis Laville (1994), para dar conta de iniciativas que se proliferam na Europa, caracteriza como economia solidária o conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta da lógica capitalista. Segundo esse autor, ao contrário da economia capitalista, centrada no capital e na acumulação e que funciona por meio de relações de competição, cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações sociais, a propriedade comunitária e da gestão democrática. (Laville, 1994) Para ele, o conceito de economia solidária se constrói na tentativa de evitar o distanciamento entre o econômico e o social.

O economista Jacques Defourny observa que os empreendimentos cooperativistas têm nomenclaturas diferentes nas diversas áreas geográficas do mundo. Só para citar alguns; nos Estados Unidos fala-se em *non-profit sector* (setor não lucrativo, no sentido

capitalista de gerar valor para reinvestimento) ou *independent sector*, na Inglaterra a expressão usada é *voluntary organizations* (voluntário em oposição à coerção econômica do trabalho capitalista), na América Latina o termo corrente é *economía popular*, na Alemanha usa-se a palavra *Gemeinwirtschaft* e na Suécia, *folkrörelse* (movimento popular) ou *association ideel* (1999). Assim, o que se chamou por muito tempo de terceiro setor em várias línguas, engloba essencialmente as experiências cooperativistas, as organizações mutualistas¹ e as associações. O que não impede que contemporaneamente possamos incorporar outros elementos que se inserem no conceito de economia solidária. De fato essas nomenclaturas se distanciam das formas de organização do trabalho propostas pelas empresas capitalistas tradicionais.

Em se tratando de América Latina, Para Odilon Luiz Poli “uma outra categoria vem sendo utilizada para caracterizar esse movimento de resistência dos trabalhadores a nova realidade do trabalho. É a chamada economia popular” (2006, p.122), esta categoria é entendida por muitos autores, entre eles, Ana Mercedes Icaza e Lia Tiriba com uma dupla dimensão:

A primeira diz respeito à forma como ela, cotidianamente, se faz, se apresenta, ou seja, a forma como os setores populares no seu dia a dia, produzem e reproduzem sua existência. A segunda diz respeito ao sentido que a economia popular assume em cada espaço histórico (...). Em cada uma delas (sociedades) manifesta-se de acordo com os horizontes políticos e as práticas cotidianas de trabalho de seus atores (...) (ICAZA; TIRIBA, 2003, p.102).

Portanto, o conceito de economia solidária se constitui a partir de realidades econômicas específicas, o que nos permite observar de maneira singular sua constituição na realidade das agroindústrias do município de Chapecó e sua contribuição para a possibilidade de organização de novas formas de trabalho neste espaço.

O economista Paul Singer desenvolveu tanto no meio acadêmico como em meio aos movimentos sociais, ao longo da década de 1980, uma discussão sobre a macroeconomia e apontou alternativas para o desenvolvimento econômico e social. Em 1988, Singer foi nomeado secretário de planejamento do município de São Paulo e formulou propostas que atendessem ao desenvolvimento urbano com o aumento da oferta de emprego no município. Deste trabalho surgiu, em meados de 1990, a ideia de

¹ Instituições particulares de solidariedade social.

reunir os desempregados da periferia de São Paulo e então formar cooperativas para a reinserção destes no mercado de trabalho².

Singer acredita que as cooperativas seriam uma maneira concreta de combate ao desemprego e que a economia solidária poderia gerar renda a partir de espaços alternativos de mercado, sobre isso ele publicou um artigo em 1997 no qual dizia:

Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente. (...). Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade (SINGER, 1997, p.13).

Singer contribuiu ainda para a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade de São Paulo (ITCP-USP) e também é um dos fundadores do núcleo de pesquisa em economia solidária (NUPES). Com a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002, para a presidência da República, Singer assumiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho, onde colaborou para o mapeamento dos empreendimentos de economia solidária no país e para a criação de novos projetos.

Singer (2002) procura demonstrar que o crescimento da cooperação econômica entre os trabalhadores coincidiu com etapas de crise do capitalismo, e sustenta que as “relações solidárias de produção” são contraditórias com as relações capitalistas de produção. Mesmo assim, percebe a necessidade histórica de convivência de ambas ainda por um duradouro período (SINGER, 2002).

Para o autor a definição da economia solidária está ligada à relação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que “a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo”. “A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários, por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho” (SINGER, 2002, p.04).

² Referencia do Currículo Lattes. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/1059172205941235> > acesso em 28/11/2012.

Para o filósofo Euclides Mance (2003) a economia solidária só se consolida na prática de ações solidárias visando a distribuição das riquezas produzidas dentro da comunidade e com o intuito de criar novos postos de trabalho e gerar renda. Para o autor a Economia Solidária no país nasceu e se fortaleceu pela ação de seus diversos atores.

Podemos incluir na classificação de empreendimentos solidários os grupos de trabalho que são formados por várias pessoas que desenvolvem atividades no setor informal e decidem trabalhar coletivamente para facilitar o acesso ao comércio e aquisição de matéria-prima podendo se organizar como grupos informais de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano; iniciativas de consumo crítico, solidário e coletivo: possui como um de seus objetivos consumir produtos ecológicos e produzidos de forma solidária; bancos comunitários; clubes de troca; lojas de economia solidária; feiras de economia solidária; associações de trabalho; cooperativas populares; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; empreendimentos coletivos autogestionários ou empresas auto-recuperadas; centrais de comercialização; organizações econômicas de comunidades tradicionais: quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas e Agroindústrias familiares (MANCE, 2003).

Outro pensador importante da economia solidária na América Latina é o sociólogo chileno Luiz Razeto. Ele define a economia solidária como um processo de busca por uma nova sociedade que articule as dimensões: econômica, política e cultural e na qual a solidariedade seja o elemento fundante. Para a construção desta nova sociedade Razeto (1990) afirma serem necessárias dez condições:

1. A “economia popular” surge da realidade da pobreza – a economia informal, as pequenas empresas familiares, as associações de pequenos produtores.
2. O apoio solidário dos “de cima” para com os “de baixo”, através das formas diversas de apoio às iniciativas de economia popular e solidária, seja através do Estado, seja pela iniciativa comunitária ou associativa.
3. A solidariedade produzida pelo trabalho (em si) e pelas lutas dos trabalhadores, que lhes permite, pelas duas vias, construir laços de solidariedade entre si e de crítica às estruturas sociais vigentes.
4. A participação popular e a autogestão social advindas do processo de mobilização da sociedade civil em busca de formas mais democráticas de

governo – como os conselhos locais participativos, ou os orçamentos participativos.

5. Os novos movimentos sociais, em toda a sua heterogeneidade, que conseguem perceber o capitalismo como uma estrutura social na qual suas reivindicações enfrentam limites imediatos e intransponíveis.
6. A busca de alternativas de desenvolvimento para os países e regiões periféricas, dada à permanência das estruturas de subordinação e dependência historicamente estabelecidas.
7. O ecologismo em todas as suas manifestações, que igualmente tendem a identificar devastação com exploração econômica da natureza.
8. A condição histórica atual das mulheres e a luta pela sobrevivência familiar, diante da dissolução dos laços produzidos pelo avanço da pobreza e da miséria na contemporaneidade.
9. A luta pela preservação dos valores e tradições dos “povos antigos”, sobretudo dos povos indígenas na América e dos povos tribais e clânicos da Ásia e da África, destruídos pelo avanço da globalização sem limites;
10. A busca por valores éticos coerentes com crenças religiosas orientadas para a solidariedade social.

Razeto (1990) distingue dois componentes para definir a economia solidária; o primeiro diz respeito à construção de um processo de solidarização dentro da economia e o segundo, o desenvolvimento de uma economia alternativa à economia global. Para ele, os dois componentes se entrelaçam formando a economia popular solidária (RAZETO, 1993).

Ainda para contribuir com a análise do conceito de economia solidária, lembrando que este conceito é de fundamental importância para que se possa posteriormente identificar em que medida todo esse arcabouço teórico se efetiva nos empreendimentos estudados. Para esta investigação não se pode deixar de citar o economista argentino José Luiz Coraggio. Ele propõe iniciativas cooperativistas baseadas no autoconsumo e numa rede de solidariedade entre os diversos empreendimentos de economia popular para suprir as necessidades dos membros. Entre as iniciativas propostas por ele, destaca-se: as cooperativas produtoras de bens e serviços para o mercado em geral, para mercados solidários ou para o autoconsumo de seus membros; prestação de serviços pessoais solidários (cuidado de pessoas, cuidado do meio ambiente, recreação, serviços

terapêuticos etc.); cooperativas de abastecimento ou redes de consumo coletivo para baratear o custo de vida e melhorar a qualidade social do consumo; associações de produtores autônomos (artesãos, trabalhadores das artes e ofícios etc.) (CORAGGIO, 1997).

É preciso esclarecer que, para Coraggio, a economia proposta como popular não é caracterizada, a princípio, como solidária. Somente depois de evoluir e se distanciar do capitalismo é que ela ganharia o caráter de solidária. Essa evolução só aconteceria, para Coraggio, de baixo para cima, ou seja, a partir da estruturação dos empreendimentos locais e sua propagação, levando assim à transformação nas grandes estruturas.

Portanto, a ideia teórica de economia solidária que embasará a discussão aqui proposta será a de um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais que se organizam a partir dos princípios da autogestão e da cooperação provenientes de sua práxis cotidiana.

A seguir explicitarei como os três capítulos que compõem essa dissertação estarão organizados e o que abordarei em cada parte do texto. No primeiro capítulo, inicialmente contextualizarei historicamente a formação socioeconômica da cidade de Chapecó, tratando dos principais aspectos de seu desenvolvimento econômico e a formação do parque agroindustrial da cidade, em seguida apresentarei, com base na leitura da bibliografia especializada, as principais características da organização do trabalho nas indústrias Sadia S.A e Aurora, atualmente BRF Alimentos, usando estas como modelos comparativos com aquelas analisadas nos empreendimentos de economia solidária.

No segundo capítulo, analisarei as formas de organização do trabalho dentro dos empreendimentos de economia solidária por meio da caracterização das relações de trabalho inerentes às empresas solidárias da cidade de Chapecó, tendo como marco temporal inicial os primeiros anos da década de 1990. Esta análise exploratória visa reunir informações acerca dos empreendimentos e de suas organizações, em específico da organização das formas de trabalho.

No terceiro capítulo, apresentarei os resultados da pesquisa empírica realizada em dois empreendimentos de economia solidária da cidade de Chapecó com o intuito de analisar as principais características de organização social do trabalho observáveis no interior desses empreendimentos e a coerência ou discrepância com a teoria proposta pelos pensadores da economia solidária. Os empreendimentos selecionados para esta

pesquisa são: COOPERSOL confecções e a Cooperativa de Construção Civil e Habitação Casa Nova. A apresentação dos empreendimentos e as discussões referentes à problemática proposta serão apresentadas no terceiro capítulo.

Escolhi esses empreendimentos por serem os mais significativos dentro dos mais de 40 espalhados pela cidade. Significativos porque *a priori* demonstram uma organização e formação dentro dos princípios da economia solidária. Após visita a ITCP UNOCHAPECÓ, selecionei as experiências levando em consideração os seguintes critérios: 1. Constituída por trabalhadores de diferentes origens; 2. Empreendimento de origem urbana; 3. Empresas que adotem a autogestão; 4. Com tempo de existência igual ou maior a cinco anos; 5. Com um mínimo de 10 associados. 6. Não composta por núcleo familiar.

Em termos metodológicos optei por uma reflexão que combine elementos teóricos, provenientes da pesquisa bibliográfica, e análise empírica, recolhida do estudo dos empreendimentos propostos. Cada um desses momentos contará com estratégias próprias de desenvolvimento. O primeiro será desenvolvido a partir da pesquisa exploratória de obras que possibilitarão aprofundar a reflexão relacionada ao tema e a segunda parte compreenderá o recolhimento e análise de dados empíricos, sendo esses, entrevistas com os agentes, levantamento de dados secundários provenientes da documentação dos empreendimentos, tais como atas das assembleias e reuniões, Projetos institucionais, entre outros e visitas aos locais de trabalho para uma observação da dinâmica de trabalho.

A análise empírica se construirá a partir de entrevistas, nos dois empreendimentos, de trabalhadores para identificar as relações de trabalho e sua natureza e também a análise dos documentos disponibilizados pelos dirigentes. Para isso farei uma breve caracterização desses empreendimentos retomando sua trajetória de formação e suas principais características. Posteriormente buscarei resgatar as trajetórias profissionais e o que levou esses trabalhadores a aderirem ou desistirem dessa experiência. Por fim, proponho-me a verificar a dinâmica interna estabelecida entre os sujeitos para compreender como se desenvolvem as atividades laborais e a forma de gestão do empreendimento. Usarei assim, as seguintes variáveis de análise: Histórico dos agentes envolvidos, formas de organização do trabalho (elementos constitutivos), formas de remuneração, participação democrática e viabilidade econômica.

Em termos teóricos, a pesquisa se baseia na perspectiva do materialismo histórico, particularmente no que Edward Palmer Thompson caracterizou como materialismo histórico e cultural. O método de análise está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida, funcionando como mediador no processo de entender a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais, dos objetos que investigarei. Neste sentido, é possível afirmar que o que os homens são coincide com a sua produção, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Portanto, a sociedade produz o homem, mas também é produzida por ele. Assim, a consciência é uma abstração da vida real, sendo produto da atividade humana, daí admitir que não é a consciência que cria a vida, mas a vida que, sob condições sociais reais, cria a consciência (THOMPSON, 1981). Parte-se assim, de uma análise dos processos materiais de produção, buscando compreender a interação entre a especificidade histórica, a ação humana e a lógica dos modos de produção, em cada processo histórico particular e específico.

CAPÍTULO I - ASPECTOS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA-ECONÔMICA DE CHAPECÓ

Neste capítulo pretendo apresentar uma breve contextualização relacionada aos principais aspectos da constituição histórica do município de Chapecó no que tange à formação econômica, juntamente com a caracterização das formas de organização social do trabalho dentro das agroindústrias instaladas nesta cidade. Essa contextualização se faz necessária para o entendimento da base das relações de trabalho que se estabelecem nesta região, lembrando que esta pesquisa tem como objetivo o estudo das relações sociais de trabalho, que se desenvolvem dentro dos empreendimentos de economia solidária, localizados na cidade de Chapecó.

A escolha da cidade de Chapecó para realização desta pesquisa relaciona-se em primeiro lugar ao fato da cidade ter incorporado os programas de geração de trabalho e renda pautada nos princípios da economia solidária como política pública local. Em segundo por ser polo de uma das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares reconhecidas pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas. A observação dos aspectos histórico-econômicos de Chapecó é importante para este trabalho, pois possibilita primeiramente contextualizar o lugar da pesquisa e também mostrar as transformações econômicas ocorridas com a implantação das agroindústrias na cidade.

1.1. Histórico Socioeconômico de Chapecó

O município de Chapecó está localizado no Oeste do estado de Santa Catarina. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) Chapecó compreende uma área de 624 km² com uma população de 183.530 habitantes, como mostra a figura a seguir:

construtora, *Railway Company*,⁴ ganhou do Governo Federal o direito de propriedade de 15 quilômetros das terras localizadas de cada lado da ferrovia (CEPA/SC, 2003). Neste período também se instalaram na região serrarias para explorar a madeira, especialmente a araucária. Para trabalhar nessas empresas e na ferrovia, foram recrutados trabalhadores de dois lugares: dos centros urbanos do Sudeste do país e do norte do Rio Grande do Sul (CEPA/SC, 2003). Após o término do trabalho na extração de madeira e na construção da ferrovia, alguns trabalhadores se mantiveram na região como posseiros, vivendo ao longo dos trilhos da estrada de ferro. Por volta de 1911, a empresa *Railway Company* vendeu as terras para as companhias de colonização (CEPA/SC, 2003). Companhias de colonização eram empresas governamentais ou de capital privado que organizavam o processo de ocupação de uma região através da compra das terras e do repasse destas para os colonos (ALBA, 2002, BAVARESCO 2005).

O governo estadual passou a conceder incentivos a essas companhias, que iniciaram assim a ocupação da região oeste. Dentre os proprietários dessas companhias destacam-se os nomes de: Ernesto Bertaso e Manoel dos Passos Maia, que iniciaram as colônias em 1918, no atual território de Chapecó. A companhia Bertaso, a partir de 1923, tornou-se proprietária de grande parte da região (BAVARESCO, 2005).

Assim, a partir de 1920, a colonização do oeste catarinense passou a se enquadrar no padrão que vinha se dando em todo o estado, as colonizadoras exploravam a madeira, faziam os lotes e os vendiam aos migrantes. É bem verdade que o processo não foi totalmente harmônico, houve muitos problemas na compra e venda e na remoção dos índios e caboclos que aqui estavam. Os índios e caboclos que habitavam esta região, devido às suas relações de produção primitivas, foram expulsos de suas terras ou, gradativamente, eliminados do processo. A terra que antes era um bem coletivo passou a ser um objeto de compra e venda, como um meio de produzir renda, capital, gerando riqueza para as empresas colonizadoras e comerciantes (ALBA, 2002).

Com o desenvolvimento de Chapecó, a cidade passou a receber também migrantes que haviam se instalado a princípio nas cidades vizinhas, como Joaçaba. De

⁴A *Brazil Railway Company* teve participação em todo o processo de colonização da região do Contestado, seja agindo diretamente ao criar colônias através das duas subsidiárias: *Brazil Development Colonization Company* e a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, seja de forma indireta, “através de contratos com empresas particulares que assumiam os serviços de colonização das terras obtidas por concessão do Governo Federal” (SILVA, 1983, p. 78).

modo geral, estes migrantes instalados no município de Chapecó se concentraram nas áreas urbanas ou pré-urbanas e passaram, a partir de 1940, a desenvolver as atividades agroindustriais, em especial de beneficiamento de carne suína, como veremos mais adiante.

Porém, para que a cidade se tornasse um centro urbano, foram necessárias distintas fases de ocupação do território e sua emancipação política administrativa, esta ocorreu em março de 1917, através da lei n. 1.147, em meio a conflitos entre caboclos e migrantes. A ocupação da região de Chapecó teve três fases distintas: a primeira foi a ocupação dos índios nativos, a segunda a dos caboclos⁵ e a terceira compreendeu a efetiva colonização por parte de descendentes de europeus provenientes do Rio Grande do Sul (ORLOWSKY, 2005).

Sendo assim, a partir de 1930 já temos o desenvolvimento de uma política local comandada por uma oligarquia⁶ de colonos ligados ao comércio e à indústria nascentes (pequenas casas comerciais, madeireiras) (ALBA, 2002), que ao mesmo tempo em que passam a trabalhar pela autonomia administrativa da cidade de Chapecó, também buscam os interesses do grupo, levando ao desenvolvimento agroindustrial da região. Por consequência dessa administração oligárquica econômica, a partir de 1940, Chapecó começa a caracterizar-se pela significativa produção pecuária e pelo comércio, além da extração de madeira, forte característica da região. Mas, as mudanças mais significativas na economia são percebidas a partir de 1950, como sinaliza Rosa Salette Alba:

A partir dos anos 50, mudanças significativas começaram a ocorrer. A população, que em 1940 era de 44.237 habitantes, em 1950 passou para 96.624 habitantes. Apesar da indústria madeireira continuar sendo a mais representativa, surgiram naquele momento outros ramos de produção. Entre elas a indústria moderna e a “semente” da agroindústria no município (...) (ALBA, 2002, p.25).

Devemos destacar que, a partir de 1950, as casas comerciais, antepassadas das agroindústrias, adquiriram maior importância, pois eram esses comerciantes que

⁵ A construção da identidade brasileira ocorreu com a colonização. Um exercício classificatório apontará um continuum de atribuições: de brasileiro a negro. Brasileiro é a sua auto-atribuição e a forma “respeitável” de ser tratado, quando o é, pelo outro grupo. No entanto, a atribuição mais frequente a este grupo é a de caboclo, que traz em seu bojo um forte estigma, por ser diferente, por não ter os mesmos valores (RENK, 2000).

⁶Oligarquia significa etimologicamente "governo de poucos", mas, nos clássicos do pensamento político grego, que transmitiram o termo à filosofia política subsequente, a mesma palavra tem muitas vezes o significado mais específico e eticamente negativo de "Governo dos ricos". (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 9ed. Brasília: UnB, 1997. 2 v.).

compravam o excedente agrícola e vendiam produtos de primeira necessidade para os agricultores das pequenas propriedades (ALBA, 2002). Além disso, essas casas serviam como correio, local para fazer empréstimos, ou seja, eram o centro da colônia. Para Paulo Roberto Bavaresco é nessas casas comerciais que está o embrião das agroindústrias⁷ gerado pelo acúmulo de capital dos proprietários destes estabelecimentos. Um desses empresários era Atílio Fontana, sobre ele Bavaresco escreveu:

O acúmulo de capital de Fontana proporcionou a compra de um hotel que logo foi transformado em casa comercial. Com o comércio de alfafa, cereais e suínos em troca de utensílios e suprimentos para a casa comercial, Fontana tornou-se representante exclusivo da Antônio Menck e irmãos – atacadistas de suínos em São Paulo. É neste processo que em 1940, surge no Vale do Rio do Peixe a instalação do frigorífico Sadia e Frigorífico Perdigão S/A comércio e Indústria em Videira. A partir daí, vários frigoríficos surgiram no Oeste de Santa Catarina. Em Chapecó, no ano de 1952, cria-se a sociedade anônima Indústria e Comércio Chapecó. Em 1956 surge o frigorífico Seara e em 1962, no município de Itapiranga, cria-se a sociedade anônima frigorífico Itapiranga (...) por fim é fundada a cooperativa central Oeste Catarinense em Chapecó, no ano de 1969 (BAVARESCO, 2005, p.130).

Em meados de 1960, embora a economia madeireira ainda fosse significativa, com o melhoramento do sistema viário, com a abertura e conservação das estradas e o desenvolvimento de uma logística de transporte para o escoamento da produção, a suinocultura e a avicultura começaram a despontar como as atividades econômicas que mais se desenvolveram na região e, por necessidade de ampliar este mercado, houve a modernização da produção. Segundo o sociólogo Vilson Marcos Testa, esta modernização só se deu porque a região apresentava características peculiares, são elas:

- A existência de uma produção familiar dinâmica já articulada, mesmo que informalmente, ao processo de agroindustrialização.
- Um parque agroindustrial em expansão, concentrado nas atividades de produção e industrialização de matérias primas agrícolas. Neste parque destacaram-se a existência de um conjunto de agentes agroindustriais com enorme capacidade de empreendimento.
- Um serviço público de assistência técnica e extensão rural.
- Políticas públicas de financiamento e modernização dos parques industriais instalados no estado.
- Financiamentos para a modernização da agricultura provindos do Governo Federal. (TESTA, 1996, p.45).

⁷Agroindústria entendida contemporaneamente como o conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura.

Desta forma, até os anos 1980, tanto o setor público como o privado contribuíram decisivamente para o crescimento da economia regional, com novas linhas de financiamento, incentivo à pesquisa e investimentos na infraestrutura viária, organizando o processo de industrialização e propiciando a conquista de novos mercados (TESTA, 1996).

1.2. O Desenvolvimento das Agroindústrias em Chapecó

À medida que a agroindústria se desenvolve, surgem as primeiras experiências do sistema de integração entre o produtor e as agroindústrias de suínos e aves. “Neste sistema, o produtor recebe da empresa os insumos e a assistência técnica, necessários para a engorda de suínos e aves e quando os animais estão prontos para o abate são vendidos para a empresa, havendo o desconto dos insumos adquiridos” (BAVARESCO, 2005, p.142). Assim, a empresa garante a fidelidade do produtor e este, a assistência profissional da empresa.

No período de 1970 a 1975, 95% dos frangos abatidos pelas empresas provinham do sistema de integração (INSTITUTO CEPA, 2000). Através dele o produtor ficou sob o controle da empresa, que determinava o ritmo do seu trabalho a partir de suas necessidades (ALBA, 2002). Se a empresa necessitava uma produção mais rápida e em menos tempo, o produtor com sua família deveria se adaptar a uma nova configuração do tempo de trabalho, isso implicava necessariamente a mudança da rotina na propriedade. O domingo, por exemplo, considerado dia do não trabalho, passava a ser visto como um dia útil para cumprir a demanda da empresa.

A partir de meados dos anos 1980 “ocorreu uma redução no volume de crédito rural e a retirada de subsídios” (TESTA, 1996, p.46), o que contribuiu fortemente para a estagnação econômica na região. Este processo de estagnação se deu na medida em que se agravou no Brasil o problema da dívida externa.

Com a estabilização econômica, iniciada no final da década de 1980, começou também a modernização e urbanização de Chapecó, que já apresentava um desenvolvimento importante da agroindústria. De forma semelhante ao que aconteceu em outras regiões do país, isto trouxe a Chapecó mão de obra de outras cidades para alavancar a crescente agroindústria. Assim, temos entre os anos 1980 e 1990 um crescimento populacional significativo, como vemos expresso na tabela a seguir:

Tabela 1: O Crescimento da população de Chapecó de 1940 à 1998.

Ano	Total de Habitantes
1940	44.327
1950	96.604
1960	52.089
1670	50.117
1980	83.864
1991	123.050
1998	135.884
1999	144.536
2000	146.967
2006	172.962
2010	183.533

Fonte: Censos demográficos Brasileiros de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1998, 1999, 2000, 2006, 2010 – Chapecó-SC, 1998, e banco de dados – Prefeitura Municipal de Chapecó. (Em destaque o momento em que se constata o período de crescimento populacional).

No início da década de 1990, com a política do governo Collor (1990-1992), a economia catarinense entrou novamente em um período de recessão. Com a estabilização da moeda devido ao plano real, a partir de 1994, a economia do estado voltou a encontrar seu equilíbrio, o que levou Santa Catarina a crescer 7% no ano de 1997. De fato, na década de 1990 o estado de Santa Catarina apresentou um crescimento considerável enquanto a taxa média de crescimento do PIB do país não ultrapassou a 2% ao ano (MATTEI, 2001).

Observa-se que em 1991, com a expansão da agroindústria em Chapecó, a população havia crescido significativamente, o que mostra que a cidade continuava sendo um polo atrativo de mão de obra. É neste período que ocorrem os investimentos de capital estatal local e a diversificação das atividades da agroindústria. Além da expansão do mercado consumidor. Assim, vai se consolidando um complexo agroindustrial representativo em Chapecó, com empresas como a Sadia S/A, instalada

desde 1945 e a Perdigão Alimentos criada em 1934. O quadro a seguir mostra as principais empresas agroindústrias instaladas na cidade até 1995:

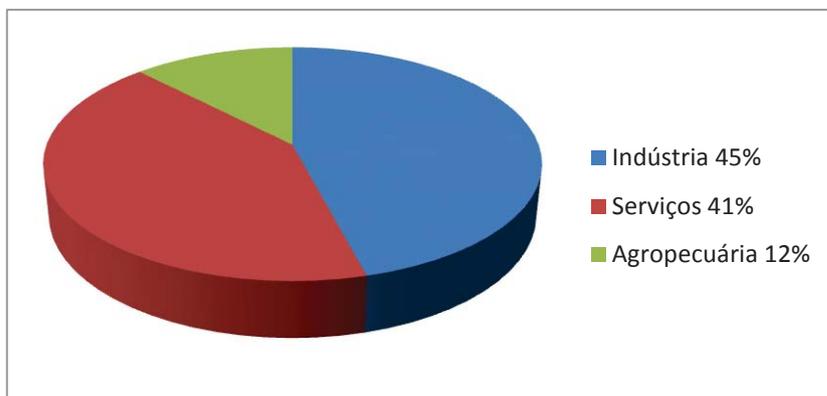
Tabela 2 – Principais agroindústrias de Chapecó até 1995.

Razão Social	Ramo de Atividade	Ano de Fundação
Perdigão S.A. Comércio e Indústria	Abate e comercialização de suínos e aves comercialização de seus derivados.	1934
Sadia Concórdia S/A Indústria e Comércio	Abate e industrialização de aves e comercialização de seus derivados.	1944
Chapecó e Cia. Indústria de Alimentos	Abate e industrialização de suínos e comercialização de seus derivados.	1956
Cooperativa regional Alfa	Industrialização e silagem de cereais.	1967
Ceval Alimentos S/A	Industrialização de cereais, soja e milho.	1971

Fonte: Prefeitura municipal de Chapecó. Organizado por: ALBA, 2002, p.134.

Para visualizar a importância do setor industrial (basicamente composto pela produção agroindustrial) para a economia catarinense, basta observarmos sua contribuição, em 1998, para composição do PIB estadual, que chegou a quase 50% do total, computado os três setores econômicos.

Imagem 2 – Contribuição percentual dos setores na composição do PIB catarinense (1998)



Fonte: Confeccionada pelo autor com base nos dados do IBGE (2010).

A partir de 2001 a agroindústria passou por mudanças que dizem respeito essencialmente a dois processos: o primeiro se refere à quebra do sistema de integração, já mencionado anteriormente, característico dos anos anteriores. O segundo é o investimento fora do estado por parte dos grandes grupos agroindustriais, para a ampliação da capacidade produtiva. Sobre esses dois processos o economista Lauro Mattei escreve:

(...) as mudanças observadas dizem respeito ao sistema de integração entre proprietários rurais e empresas de beneficiamento de carnes de suínos e aves, carro chefe dos complexos agroindustriais em Santa Catarina. O referido sistema de integração configura traço estrutural e histórico dessas atividades e as alterações têm a forma de diminuição na quantidade de produtores rurais integrados a cada empresa, simultaneamente ao aumento da capacidade dos contingentes que permanecem vinculados às agroindústrias (...). Outro aspecto dos processos recentes na agroindústria de suínos e aves diz respeito ao investimento das empresas. Parece ser forte a tendência à realização de investimentos fora de Santa Catarina (...) o fato é que Santa Catarina se vê privada de esforços de ampliação da capacidade produtiva (...) (MATTEI, 2001, p.37).

Mesmo com essas mudanças, a base do desenvolvimento de Santa Catarina e especialmente da região Oeste, com polo em Chapecó, tem sido a produção, o abate e o processamento de suínos e aves nas grandes agroindústrias. (THEIS, 2001). E é esse o setor que mais gera empregos em Chapecó e na região Oeste. Quanto ao número de

empregos gerados destaca-se que, em 2002, das 63.024 vagas disponíveis em Chapecó, a indústria foi responsável por 25.677 empregos, ou seja, 40,74% do total dos postos de trabalho. Enquanto outros setores encolheram, o setor agroindustrial se expandiu e naquele mesmo ano apresentou uma elevação de 23,26% nos financiamentos (ALBA, 2002).

A partir do final da década de 1990, as agroindústrias em Chapecó, em franco crescimento, iniciaram o processo de agregação de capital, ou seja, elas passaram a dirigir suas estratégias para todos os nichos do mercado, conciliando a produção de *commodities* (carne de frango, suínos, etc.) com produtos de valor agregado (embutidos e derivados) (TESTA, 1996).

Naquele período, as agroindústrias de Chapecó abriram-se para o mercado internacional e perceberam a necessidade de se fortalecerem também no cenário nacional, com isso iniciou-se a migração das unidades agroindustriais para outras regiões do país, como explica Testa:

A reestruturação agroindustrial, ora em curso, tem levado a migração de capitais agroindustriais desta região para outros estados buscando tornar-se mais competitiva no mercado nacional e internacional, especialmente em relação ao MERCOSUL. Assim, ao invés de construir ou ampliar plantas agroindustriais na região, as agroindústrias líderes do setor têm optado pela aquisição de unidades agroindustriais em outros estados da região sul e mesmo no centro oeste. (TESTA, 1996, p.192).

Steven Helfand e Gervásio Castro de Rezende (1999) observam que a região Oeste de Santa Catarina, no final da década de 1990, passou a ser identificada como área de “saída” dos investimentos da agroindústria e a região Centro-Oeste como a região de “entrada” desses investimentos. Porém, os autores afirmam que mesmo com a expansão para outras regiões e países não houve desativação das atividades nas unidades de origem.

A Sadia, por exemplo, instalou em meados dos anos 1990, unidades industriais nos municípios de Várzea Grande e Lucas do Rio Verde no estado de Goiás, aproveitando a forte produção de soja como insumo para a manufatura de aves. Além da facilidade logística para adquirir os insumos, a região Centro-Oeste oferecia condições climáticas favoráveis e uma infraestrutura favorecida pelos incentivos fiscais (ESTEVAM, 1997). E manteve suas unidades no oeste de Santa Catarina.

No entanto, a região oeste de Santa Catarina ainda possui um dos maiores parques agroindustriais produtores de carnes de suínos e aves da América Latina, mesmo com a migração de capital, este setor é o mais significativo para a região oeste e para seu polo, a cidade de Chapecó.

A seguir, procurarei caracterizar as duas maiores agroindústrias da cidade de Chapecó como forma de introduzir uma análise das formas de organização do trabalho dentro destas empresas.

1.2.1. A Sadia S/A e a Perdigão Indústria de Alimentos

Entre as agroindústrias instaladas em Chapecó destacaram-se no cenário nacional e internacional a Sadia S/A e a Perdigão Indústria de Alimentos, que a partir de 2009 constituíram a *BRF Brasil foods*, que é atualmente a maior exportadora de carne de aves do mundo⁸. Com a integração, a empresa segue usando as duas marcas, já consolidadas no mercado.

Essa análise é importante para identificar, nas duas maiores agroindústrias da cidade, como as relações de trabalho se tecem para podermos ter um parâmetro da forma de organização do trabalho e comparativo com as que apresentarei no terceiro capítulo deste trabalho.

A Sadia S/A⁹ foi fundada em sete de julho de 1944, por Atílio Fontana, em Concórdia, município situado a Oeste de Santa Catarina, distante 83 quilômetros de Chapecó, que reativou o Frigorífico Concórdia e um moinho de trigo. O abatedouro começou a funcionar em 20 de novembro de 1944, abatendo 30 suínos/dia e com 50 funcionários. No início de 1946 já eram abatidos mais de 100 animais por dia. (ALBA, 2002). Nas décadas seguintes a empresa cresceu e expandiu seu mercado. Em 1973 a Sadia chegou a Chapecó realizando a produção e abate de perus foi nesta unidade que se lançou o produto de maior sucesso na história da empresa, o peru temperado Sadia. Em 1975 começou a exportação de frangos para o Oriente Médio. Em 1980 foi criada a *Sadia Trading*, responsável pelas vendas no exterior. No começo da década de 1990 a empresa já tinha filiais no Japão, na Europa e na América Latina (ALBA, 2002). Em 2007 a Sadia anunciou um plano ambicioso para a modernização dos frigoríficos e,

⁸ Informação retirada de: <http://www.brazilfoods.com> > Acesso em 03/08/2013.

⁹ O nome Sadia nasceu da junção das iniciais S.A, sociedade anônima e das três últimas letras da palavra concórdia – DIA SADIA. Disponível em: <www.sadia.com.br > Acesso em 31/10/2012.

consequentemente, para aumentar sua produtividade. Ampliou a capacidade do frigorífico-armazém do porto de Paranaguá, responsável por armazenar grande parte dos produtos exportados para mais de 60 países. O aumento foi de 3,1 mil toneladas para 8,5 mil toneladas, representando um crescimento de 170% (SADIA, 2012).

A Perdigão Alimentos, por sua vez, é umas das maiores companhias do setor na América Latina. Exporta seus produtos (carne de aves e suínos e derivados) para mais de 90 países, registrou, em 2003 uma receita líquida de R\$ 3,8 bilhões. Sua capacidade de abate passa de 9 milhões de cabeças de aves/semana e 64 mil cabeças de suínos/semana. (COSTA, 2005). A Perdigão foi criada pela sociedade entre as famílias Ponzoni e Brandalise, em 1934. No início de 1939 uma empresa de abate de suínos, chamada Frey Kellerman associou-se às duas famílias formando a Sociedade de Banha Catarinense Ltda. As famílias passaram a trabalhar com secos e molhados, abater suínos e comercializar a carne e os derivados. (COSTA, 2005). Em 1941 a firma Ponzoni Brandalise & Cia tinha muitos produtos, mas faltava uma marca que os identificasse. A partir de 1942, os produtos passam a ser identificados com a marca Perdigão (COSTA, 2005). Nas décadas de 1960 e 1970 a indústria cresceu e se diversificou atendendo a demanda do mercado. Na década de 1980, a Perdigão comprou algumas empresas e aumentou a produção colocando novos produtos no mercado, como o Chester. Em 1986 iniciou o abate de bovinos, chegando a abater cerca de 500 cabeças de bovinos/dia. (COSTA, 2005). No final de 1980 a Perdigão passou, segundo Costa, por uma crise administrativa:

Em 10 anos a Perdigão ganhou diversas colocações no ranking das 500 maiores empresas brasileiras, passando do 211º para o 52º lugar. Seu faturamento passou para a ordem de US\$ 510 milhões por ano e contava com um quadro de funcionários de mais de 16 mil pessoas. Junto com as aquisições das décadas de 70 e 80 a Perdigão acumulou uma série de problemas. Transformou-se num gigante, de difícil administração, com muitas dívidas assumidas para gerar o capital necessário às novas aquisições e com graves dificuldades administrativas. (COSTA, 2005, p.11).

A partir de 1995, a Perdigão se recuperou da crise, abrindo seu capital e modernizando suas instalações, passou a investir em tecnologia e automação, objetivando alcançar maior profissionalização e excelência no setor e, por conseguinte, um faturamento mais alto. Como salienta Costa, “A Perdigão chegou ao início do século XXI com um bem implantado parque industrial, somando 13 unidades e contando com

18 centros de distribuição próprios e mais 10 distribuidores terceirizados” (2005, p.18). Em 2009 houve a fusão entre Sadia e Perdigão, transformadas em Brasil Foods (BRF), que se tornou um gigante da indústria de alimentos. A nova empresa surgiu com um faturamento acima dos 20 bilhões de reais por ano.

As razões que levaram Sadia e Perdigão a assinar o acordo seguem o padrão do mercado de fusões. Segundo o economista Gilberto de Oliveira Kloeckner (1994) geralmente são três os motivos que podem levar a um acordo deste porte: a Sinergia – quando a fusão ocorre porque as duas empresas têm a intenção de unir recursos para lucrar mais; a agência – quando a junção das duas companhias ocorre para o aumento do bem-estar dos administradores e a Hubris – quando erros administrativos levam as empresas a se submeter a fusões para se manterem no mercado.

Seguindo o raciocínio do economista Gilberto Kloeckner (1994), pode-se supor que o processo de fusão da Sadia e da Perdigão transformadas em Brasil Foods (BRF) está fundamentado na teoria da Maximização dos Lucros, na qual, as forças do mercado motivam os gestores a tomarem decisões que maximizem o valor das firmas e a riqueza dos acionistas. Isto resultará no aumento da riqueza dos acionistas adquirentes, advindos de aumentos na rentabilidade, pela criação do poder de monopólio e sinergias¹⁰.

As agroindústrias, desde finais dos anos 1980, têm passado por um processo de reestruturação para a adaptação à economia globalizada e à incorporação de novas tecnologias no processo produtivo. As empresas tiveram que expandir o mercado consumidor, agregar valor a seus produtos, diminuir custos e informatizar a produção. Enfim, tiveram que investir fortemente em inovação e automação.

Essas transformações nas agroindústrias de Chapecó acarretaram mudanças significativas também na sociedade, como afirma Alba: “A revolução que se seguiu trouxe consigo mudanças profundas, não só no interior das empresas, mas em toda a sociedade. Desta forma, a vida e o trabalho dos seres humanos foram conduzidos para novas formas de viver e de trabalhar” (ALBA, 2002, p.101).

Como em 1940, com o nascimento da agroindústria no processo de integração, no qual o trabalhador se viu diante de mudanças importantes na administração do tempo de trabalho, com a era da automação o trabalhador se viu novamente obrigado a ressignificar o binômio tempo-trabalho, agora com a presença do computador. A

¹⁰ Não obtivemos acesso a trabalhos acadêmicos referentes a fusão dessas empresas,. Mais informações ler: MEYER, CAROLINA; COSTA, MELINA. “Fusões - Juntos, e agora?” *Revista Exame*: Edição 944, 03 jun. 2009.

automação na produção levou a uma crise do emprego, não causada especificamente pela falta de vagas nas agroindústrias, e sim de mão de obra qualificada especializada. A automação dentro das agroindústrias, ou seja, a substituição da mão de obra humana pela máquina é realidade em Chapecó desde 1996.

A seguir, proponho-me a caracterizar as formas de organização do trabalho dentro das agroindústrias citadas acima, como um comparativo às análises posteriores que faremos dos empreendimentos de economia solidária. Lembrando que nosso objetivo com esta pesquisa é o estudo das relações sociais de trabalho que se desenvolvem dentro dos empreendimentos de economia solidária, localizados na cidade de Chapecó.

1.3. Formas de Organização do Trabalho nas Agroindústrias de Chapecó

As formas de organização do trabalho dentro das agroindústrias instaladas no município de Chapecó no período que compreende as décadas de 1990 e 2000 e se estende residualmente até os dias atuais, pode-se pensar que são reflexos das transformações ocorridas no capitalismo nacional com a implantação da ideologia neoliberal definida no consenso de Washington¹¹ (ANTUNES, 2006). O neoliberalismo prega que o funcionamento da economia deve ser entregue às leis de mercado. Segundo seus defensores, a presença estatal na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento. Algumas de suas características são: A abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros; amplas privatizações; redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos; desregulamentação do mercado de trabalho, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas. Conforme Cruz (2000), no início da década de 1990, as agroindústrias de Chapecó começam os contatos com empresas japonesas para implantar no seu processo produtivo o TQC (*Total Quality Control*)¹². Assim, uma nova forma de organização do trabalho, não mais caracterizada

¹¹ A expressão Consenso de Washington, chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington, Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u11503.shtml>> Acesso em 03/08/2013.

¹² O Controle da Qualidade Total – TQC *Total Quality Control* é um sistema gerencial baseado na participação de todos os setores e de todos os empregados de uma empresa, no estudo e na condução do

pelo sistema de integração e sim de uma mescla de características do Fordismo, Toyotismo, Taylorismo, começa a ser gestada. É este novo processo de organização do trabalho que se instala, a partir de 1990, seus fundamentos, sua técnica e suas implicações no processo produtivo que passarei a contextualizar a partir de agora.

O que a agroindústria buscava era o que a lógica capitalista lhe imprimia, uma nova forma de organização do trabalho, aumento da produtividade, diminuição da mão de obra, aumento da qualidade dos produtos e, conseqüentemente, maior competitividade e lucro. A partir de 1991 iniciou-se a substituição de máquinas tecnologicamente defasadas por máquina tecnicamente mais atualizadas, automatizadas. Em 1996 a Sadia S/A já havia substituído as mesas de corte de aves por esteiras rolantes automatizadas (CRUZ, 2000), que passaram a determinar o ritmo do trabalho, que antes era cadenciado pela interação entre os trabalhadores na mesa de corte. Outro fator importante a se destacar é que, com a implantação das esteiras, os trabalhadores passaram a fazer um trabalho repetitivo, que já era feito antes, mas não com a intensidade provocada pela esteira. Na empresa Sadia S/A esse processo novo para os trabalhadores era conhecido como CQS (Círculos de Qualidade Sadia). A socióloga Maria Aparecida dos Santos, em sua dissertação de mestrado intitulada: *O sofrimento dos trabalhadores da agroindústria Sadia S.A. de Chapecó*, entrevistou um trabalhador desta agroindústria, ele relatou como era vista a mudança no sistema produtivo pelos trabalhadores. Diz ele:

(...) então, na implantação do CQS, antes da implantação do CQS não existia tempo, era o tempo necessário para o trabalhador achava que tinha para desossar. Desossava-se coxa e colocava na mesa, não existia esteira. Vocês têm que entender uma coisa, o que é mesa e o que é esteira. Mesa é parada, esteira é que gira, chegou ao CQS, houve a necessidade, aí por parte da empresa, pegava alguém treinado, quando colocaram a esteira e colocava para todos os trabalhadores da esteira ver que eles estavam tirando tempo do trabalhador, para que o trabalhador pudesse no menor tempo possível, daí era aplicado nos outros trabalhadores (SANTOS, 2011, p.175).

Com a entrada da esteira no processo produtivo, os trabalhadores tiveram que mudar seu ritmo produtivo e com isso ficaram ainda mais alheios ao seu trabalho, como pode ser verificado nos relatos do mesmo trabalhador:

Então antes, quando não existia controle do tempo, o trabalhador trabalhava numa mesa, desossava, levava o tempo todo, quando veio o CQS veio a esteira com velocidades que era uma velocidade com polia que a gente mudava, mas também a polia não tinha a opção do encarregado, do chefe ir lá e aumentar porque na polia não tinha, até podia fazer, mas tinha que trocar as polias, daí era demorado. Então com o trabalho do CQS mudou o quê? Houve a necessidade de colocar esteira, colocar um tempo pra cada trabalhador, um número na esteira, a esteira é numerada, aí cada trabalhador já tem 12 segundos prá desossar (...) (SANTOS, 2011, p.175).

Ainda conforme esse relato se percebe outro elemento característico da organização do trabalho dentro das agroindústrias, o trabalho repetitivo, sobre isso diz ele:

(...) o trabalhador aumenta o ritmo dele, aumenta a repetição e ele tem que fazer a meta, se ele não fizer e deixar a carne no osso ou a pele ele vai perder aquela meta, aí ele vai ser avaliado pela meta. Então obriga o trabalhador a fazer o seu número, a desossar e assim vai indo e vai aumentando a produção e quem tá mesmo se ferrando é o trabalhador (SANTOS, 2011, p.175).

É necessário esclarecer que este processo se deu de forma gradativa na agroindústria de Chapecó entre os anos de 1991 a 2000. A partir daí continua o processo de automação, porém já podemos caracterizar a organização do trabalho como a mescla entre o Fordismo, Toyotismo, Taylorismo, anteriormente mencionada. Faz-se necessário identificar quais características desses sistemas estão presentes na organização das relações de trabalho das agroindústrias instaladas no município de Chapecó.

Do Fordismo e do Taylorismo pode-se perceber a permanência dos seguintes elementos: a divisão do trabalho, o trabalho repetitivo e o trabalho contínuo, combinadas ao sistema flexível de mecanização, ao controle visual das etapas de produção e a aplicação do sistema *Just in time* do sistema Toyotista.

Essa nova situação exigiu cada vez mais das capacidades físicas do trabalhador, tornando cada vez mais pesado e cansativo o trabalho (DAL ROSSO, 2006). Isso ocorreu mais pela aceleração das atividades do que propriamente pela quantidade de horas trabalhadas. O tempo é imposto para uma maior produção com menor número de trabalhadores, isso implica na intensificação das atividades e na substituição do trabalho humano pelo trabalho da máquina. O objetivo principal deste tipo de organização do trabalho é extrair o máximo da capacidade produtiva do trabalhador. (ROSA, 1994).

Pode-se destacar que a organização do trabalho nas agroindústrias de Chapecó tornou-se fortemente caracterizada pela especialização do trabalhador em uma única

tarefa repetitiva, especializada e ditada pelo ritmo da esteira. Esta é uma característica da racionalização fordista do trabalho, a parcialização do trabalho faz com que o trabalhador não necessite mais de uma gama de conhecimentos e sim, de uma especialidade e resistência, já que fará inúmeros movimentos sempre repetidos, o que caracteriza a alienação do trabalho (GOUNET, 1999).

Segundo Oliveira (2004) essa forma de organização do trabalho tem como consequência a dificuldade da relação entre os trabalhadores em função da intensificação da relação destes com a máquina. O trabalhador passa mais tempo com a tecnologia de produção e a sua relação com os outros trabalhadores é quase nula. Segundo Moraes Neto (2003), as novas tecnologias acentuaram a divisão do trabalho entre aqueles com conhecimento empírico, que são responsáveis pelas tarefas manuais, e os com conhecimento intelectual abstrato, que gestam a operação da máquina.

Outra característica a se destacar é a implantação dos sistemas de qualidade que buscam evitar o desperdício de matéria prima e de tempo de produção em todos os pontos do processo. Além disso, a implantação de um sistema de qualidade é importantíssima para as empresas manterem uma marca dentro do mercado, já que o atual sistema exige principalmente do setor agroalimentar um atestado de qualidade (TOLEDO et. al, 2000). Assim, sem esse atestado a empresa perde a credibilidade e consequentemente terreno no mercado internacional de consumo.

Segundo Toledo (2001), dentro da indústria de alimentos, são importantes duas dimensões no que tange a certificação de qualidade: as boas práticas de manufatura e higiene e a avaliação de riscos para garantir a qualidade e a segurança do alimento. Para as agroindústrias de alimentos a qualidade dos produtos é uma questão de sobrevivência no mercado (TOLEDO, 2001). Assim, a exigência de uma qualidade de excelência abarca não só o produto em si, mas todo o aparato de sua produção e comercialização.

Pode-se citar ainda, como característica do Toyotismo, o Sistema *Just in time* – seu objetivo é produzir o necessário, conforme a demanda e com agilidade. Assim, busca-se produzir com qualidade só os produtos necessários com o menor custo, proporcionando a otimização da produção com a agilização do fluxo, reduzindo os imprevistos do processo de trabalho. Assim, com as novas tecnologias, a produção passa a ter velocidade e aprimoramento visíveis (RAMOS, 2002).

1.3.1. Organização do Trabalho nas Agroindústrias a partir de 1990

Passarei agora a analisar quais dessas características prevaleceram, a partir dos anos 1990, nos empreendimentos agroindustriais alimentícios instalados no município de Chapecó. Farei isso visualizando os relatos dos trabalhadores coletados por outros investigadores.

A divisão das tarefas no trabalho nas agroindústrias de alimentos pode ser observada pelos relatos dos funcionários da empresa Sadia S/A, coletados por Cruz, como o que se apresenta a seguir:

Como eu tava falando, eu acho que o principal é o aumento da produção, só querem aumentar quase que diária a produção e aquelas tarefas sempre repetitivas, por exemplo, as mulheres, têm até uma irmã minha que trabalha lá, esses dias eu estava olhando ela, ela tá limpando uma coxa que tá descendo de uma esteira, a esteira é numerada, eles tem de 01 a 20, cada vez que passa o número 19 ela tem que pegar, ela já tá limpando aquela coxa e pensando – quando que vai vir esse número 19 pra eu pegar de novo – quando ela mal terminou, ou não terminou ainda já tem o número 19 pra ela pegar e colocar na caixinha do lado entendeu. Tem uma caixa de plástico que fica as coxas que ela não consegue limpar no tempo, quando ela vê, aquela caixa já tá cheia de coxas, por isso que ela tem que limpar numa velocidade pra não encher aquela caixa, porque ela não pode deixar passar nenhum número 19 pra baixo daquela esteira, se passar já vem o cara, que tem o último que fica cuidando e já vai perdendo a meta dela, não vai ganhar funcionário destaque, não vai ganhar nada, não ganha mais aumento (CRUZ, 2000, p. 179).

Neste relato observa-se a divisão das tarefas, cada tarefa era numerada sendo precedida e sucedida por outra tarefa dentro da linha de produção, cada uma delas de responsabilidade de um trabalhador. Aparece também a supervisão do trabalho quando ele fala: “(...) se passar já vem o cara, que tem o último que fica cuidando (...)” (CRUZ, 2000, p.179). A remuneração por produção¹³ aparece mais explicitamente quando ele diz: “(...) e já vai perdendo a meta dela, não vai ganhar funcionário destaque, não vai ganhar nada não ganha mais aumento”. (CRUZ, 2000, p.179), ou seja, se não alcançar a meta certamente não receberá aumento ou alguma gratificação.

Ainda neste relato é possível identificar o tempo de trabalho imposto pela esteira, quando ele diz: “(...) quando ela mal terminou, ou não terminou ainda já tem o número 19 pra ela pegar (...) quando ela vê aquela caixa já tá cheia de coxas, (...) ela não pode deixar passar nenhum número 19 pra baixo daquela esteira (...)” (CRUZ, 2000, p.179), é a esteira que determina o ritmo que os trabalhadores têm que desempenhar para alcançar

¹³ O salário normativo da categoria era até janeiro de 2011 de R\$ 652,00, sendo o valor de R\$5,00 a mais que o estipulado no Piso Estadual de salários, que foi criado pela Lei Complementar n. 459, de 30 de setembro de 2009, e que prevê para esta categoria o valor de R\$ 647,00.

suas metas. Outra característica que aparece é a especialização do trabalhador em uma única e repetida tarefa quando ele diz: “(...) e aquelas tarefas sempre repetitivas (...)” (CRUZ, 2000, p.179), cada trabalhador é responsável por uma atividade individualizada o que o deixa mais alienado quanto ao produto final. Alienação aqui entendida como relação contraditória do trabalhador com o produto do seu trabalho.

No que se refere à implantação de novas tecnologias, a partir de 1991 começaram a chegar às agroindústrias de Chapecó as esteiras, a produção computadorizada e máquinas mais modernas e precisas. Tudo isso deu novo ritmo à produção, aumentando a produtividade e a qualidade dos produtos à custa do maior esforço do trabalhador, que tem que fazer mais movimentos em menos tempo. (CRUZ, 2000). Com a automação se intensificou o problema da qualificação dos trabalhadores para operar essas novas máquinas, isso levou às empresas a estimularem os trabalhadores a estudarem e se adaptarem às novas tecnologias, tudo em prol sempre de uma melhor qualidade da produção, como indica outro depoimento de um funcionário da Sadia S/A:

As pessoas entendiam o seguinte: bom eu vou gerar o meu produto sem muita visão de fazer algo melhor, bom eu vou fazer isso aqui, sempre fiz isso aqui, o meu serviço é esse e aí que tem um ponto x que começou a mudar bastante essa questão no decorrer das evoluções, é que o seguinte, é que começou a entrar mais controles entende, foi exigido mais do chão de fábrica controles, escrever mais, controlar a máquina, controlar o produto, fazer com que o produto saísse de melhor qualidade. Então aí a gente teve bastante dificuldade em função até da escolaridade das pessoas, mas elas diziam assim, até hoje tem pessoas que dizem assim – bom, eu sempre fiz assim, porque é que eu vou fazer assado, isso a empresa deu certo – e pra nós também veio fortemente. Então a gente tinha que tá com a equipe na mão, tá motivado buscando os melhores resultados e também atingindo as metas que eram propostas pra gente buscar o melhor resultado (CRUZ, 2000, p.193).

É possível deduzir, a partir do relato exposto, que a entrada das novas tecnologias no processo produtivo das agroindústrias de Chapecó trouxe consigo, além da exigência da melhor e maior produtividade, uma necessidade de readaptação do trabalhador ao ambiente de trabalho através da relação de domínio intelectual e empírico das novas tecnologias.

Outra característica a destacar é a do exaustivo ritmo de trabalho ditado pela esteira e o trabalho repetitivo. A AP-LER (Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos) em um informativo especial publicado em 2007 detectou que nas agroindústrias instaladas no Sul do país o corte de uma perna de frango, por exemplo, é realizado pelo trabalhador em um tempo médio de 19 segundos e 7 centésimos, para

cumprir uma meta estabelecida pela empresa de três cortes por minuto. (AP-LER, 2007). Outra característica presente na agroindústria de Chapecó, a partir da década de 1990, é a busca de uma qualidade de excelência através da implantação dos sistemas de qualidade.

Segundo Antunes (1999), o estabelecimento dos certificados de qualidade levaram as empresas a contratarem trabalhadores mais qualificados para uma produção que seja compatível com os programas e certificados de qualidade total. Além disso, a implantação de sistemas de qualidade mudou radicalmente a forma de trabalho dentro das agroindústrias do oeste Catarinense, um exemplo disso foi a criação do Círculo de Qualidade Sadia, já mencionado.

A partir da adequação da agroindústria aos padrões toyotistas, as mutações nas relações de trabalho incorporaram, segundo o sociólogo Giovanni Alves (2007), características negativas tais como o reordenamento da lógica produtiva e o distanciamento hierárquico. Isso porque em sua gênese o taylorismo buscava o controle total da mão de obra e por consequência a manutenção do seu estado alienante. (BRAVERMAN, 1987).

Segundo Harry Braverman (1987) Taylor acreditava que se o trabalhador tivesse qualquer poder de decisão no processo produtivo, este seria limitado. Então teria de haver quem executasse e quem pensasse a execução separadamente. Isso é observável na divisão do trabalho dentro das agroindústrias através da separação entre planejamento, gestão e execução do trabalho.

A finalidade do trabalho na organização fordista/taylorista é garantir a conversão da força de trabalho em trabalho real visando a acumulação de capital. Para isso é imprescindível a separação entre trabalho mental e manual (BRAVERMAN, 1987). Assim o trabalhador do “chão de fábrica” é uma peça importante no processo produtivo, mas somente uma peça, manipulada para que a produção se quantifique como ilustra o depoimento colhido por Carlos José Espíndola em seu livro: *As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia*, de um gerente do grupo Sadia S/A no ano de 1999. Diz o relato:

Nós abatíamos 700 suínos/dia e, na sala de desmanche dos suínos 120 operários faziam o serviço em 10 horas. Aí eu pensei: vou pagar por produtividade. Em dois meses coloquei os 120 limpando retalhos e comecei a controlar. Daí eu encontrei funcionário que limpava 11 kg/h e outros que limpavam 2 kg/h. A média geral era de 6 kg/h. Aí eu selecionei os dez melhores e disse que ia fazer uma experiência com eles (teve todo o trabalho de convencimento!) e coloquei eles numa sala separada. Um operário para

pesar e outro para afiar as facas. Estes ficavam com um papel marcando quanto era limpo, daí eu cheguei para eles e disse: quando vocês chegarem a 25kg/h eu vou passar a pagar vocês com salário de primeira (um salário mínimo e meio). Depois de quatro meses eles alcançaram a marca. Daí eu falei que iriam ganhar mais X se chegassem a 45 kg/h. Isto deu certo e hoje temos nessa sala oitenta funcionários e dez coordenadores (ESPINOLA, 1999, p.139).

Essa contextualização foi feita para mostrar um setor de destaque da economia, em termos de concentração de capital e de número de empregos gerados, que tem um determinado ritmo, uma determinada lógica de organização do trabalho e uma hierarquia de cargos salários e funções, dos quais os EES querem se diferenciar. Esse cenário é marcado pela alienação e pelos mecanismos impostos pelo capital, que funcionam como entraves à emancipação do trabalho. Essa contraposição será efetuada mais claramente no 3º capítulo com a análise empírica do funcionamento de dois empreendimentos de economia solidária.

No capítulo que segue apresentaremos uma contextualização geral da economia solidária e seu desenvolvimento regional, buscando identificar o arcabouço teórico por meio de seus idealizadores e situando o leitor quanto ao desenvolvimento desta na região Oeste de Santa Catarina e mais especificamente no município de Chapecó.

CAPÍTULO II - TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CHAPECÓ

Neste capítulo pretendo realizar uma reflexão acerca das formas de organização do trabalho partindo das proposições formuladas pelos teóricos da economia solidária para tentar compreender a importância desse arranjo organizativo para os empreendimentos do município de Chapecó. Busco ainda identificar possíveis inovações nas relações de trabalho propostas por essas instituições, os empreendimentos de economia solidária.

Lembrando que o principal objetivo desta pesquisa é o estudo das relações sociais de trabalho que se desenvolvem dentro dos empreendimentos de economia solidária, localizados na cidade de Chapecó nas últimas duas décadas. Também no neste estudo buscarei responder a seguinte pergunta: Em que medida os ideais da economia solidária, apresentados a seguir, figuram no cotidiano dos empreendimentos estudados no capítulo três?

2.1. Formas de Organização do Trabalho Propostas pela Economia Solidária

No atual cenário das relações de trabalho, com a incorporação das novas tecnologias de produção dentro de um mercado global, identificam-se novas possibilidades de organização das relações de trabalho e de produção (AMORIM, 2007). Entre essas novas possibilidades está a organização do trabalho por meio dos empreendimentos de economia solidária.

Observa-se que com a redução da quantidade de trabalho socialmente necessário houve a necessidade do aparecimento de novas formas de geração de trabalho e renda que destoam das clássicas (LISBOA, 1999). Destoam não necessariamente porque apresentam um novo modo de produção, mas porque se organizam a partir de características novas em relação ao Fordismo, Taylorismo, Toyotismo.

Segundo Gabriel Kraychete (2000), a partir da década de 1990, os empreendimentos de economia solidária passaram de respostas emergenciais e ações assistencialistas para o combate da pobreza, iniciativas bem fundamentadas, geradoras de novas formas de produção e comercialização dentro do sistema capitalista.

De acordo com o sociólogo Luiz Inácio Gaiger (1999) a organização do trabalho no interior dos chamados empreendimentos de economia solidária possuem idealmente

às seguintes características: autogestão, democracia, participação, equidade, cooperação, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

O termo autogestão é definido no dicionário prático de cooperativismo da seguinte maneira: “(...) uma modalidade de gestão multidimensional (social/econômica/política/técnica), através da qual os parceiros do processo de trabalho se organizam com o fito de alcançar resultados” (FIGUEIREDO, 2000, p.35). Segundo este documento a autogestão tem as seguintes dimensões:

A primeira, humana, porque existe a preocupação com a estabilidade e o crescimento da organização. A segunda concerne à racionalidade das organizações; a lógica do funcionamento da organização e da eficiência econômica, onde se busca maximizar os esforços e reduzir os custos, melhorando a qualidade do produto (bens ou serviços). A terceira dimensão diz respeito à legitimidade junto aos grupos de comunidade, em particular junto aos investidores, associados e consumidores. (...) A quarta dimensão, enfim, diz respeito à continuidade/perenidade, pois, para alcançar a eficiência, é necessário desenvolver, manter e promover um saber tecnológico (FIGUEIREDO, 2000, p. 35).

O grande princípio teórico da autogestão é a administração pautada na cooperação e organizada pelo poder coletivo. Dessa forma, um empreendimento autogestionário é, por essência, “constituído de um feixe de autonomias, de grupos se auto administrando, cuja vida exige a coordenação, mas não a hierarquização” (MOTTA, 1981, p.133). Portanto, a autogestão pode ser entendida de forma geral como a gestão do coletivo, este, entendido como espaço de conflitos e convergências que se estabelecem na mediação do diálogo; uma gestão democrática na qual os trabalhadores se organizam como sócios do empreendimento (SINGER, 2000).

Segundo Melo Neto (2003), não existe economia solidária sem autogestão, é nela que encontramos a autonomia e a liberdade do trabalhador, é uma forma de organização do trabalho que exige o controle do trabalhador sobre todo o processo produtivo. Para Paul Singer (2002), o exercício da autogestão não pode admitir relações de exploração do trabalho. Esse processo deve sim, promover a autonomia e a liberdade nas relações de trabalho, por vezes isso permanece no âmbito teórico, já que na prática se apresentam muitos obstáculos para a efetivação da autogestão. Segundo Rosângela Alves de Oliveira (2005) há duas dificuldades da aplicação prática da autogestão. Uma é o costume que estes trabalhadores têm de manter-se sobre ordens de alguém sem se preocupar com as questões de gestão do empreendimento ficando apenas com

responsabilidades de setor. A segunda diz respeito ao hábito do poder, quando um trabalhador normalmente cooperativo assume uma função de coordenação, este pode vir a se tornar um dirigente autoritário.

A autogestão implica que as decisões sejam tomadas de maneira democrática em assembleia. Segundo Oliveira (2005) tudo deve ser pensado coletivamente e gerido desta forma, tanto os meios de produção como os recursos da produção. Conforme Singer:

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios. (SINGER, 2002, p.18).

Em uma coletânea produzida pelo Centro de Memória do Oeste Catarinense, em 2006, Liliane Moser recolheu depoimentos de experiências de trabalhadores em empresas cooperativistas. Em um desses depoimentos a cooperada denominada “A” fala sobre a dinâmica das decisões coletivas, diz ela:

É tudo decidido em reunião, em assembleia. É mais que uma firma, uma firma não é assim, chega lá, tá pronto. Na cooperativa, você é patrão e é peão na mesma hora, né! Não tem ninguém que mande, só tem que trabalha, tem que fazê aquelas metragem, né. (...) assim na hora da divisão é mais pra dividi, então já ajuda. (MOSER, 2006, p. 111).

O termo “é tudo decidido em reunião” aponta para o aspecto democrático do empreendimento entendido pela entrevistada como diferente da “firma” caracterizada pelas relações hierárquicas de trabalho. Ainda ao final da entrevista ela menciona que os lucros são divididos entre os associados. O exercício da democracia exige tempo de experimentação por parte dos trabalhadores (SINGER, 2002). Ele se fortalece no dia a dia, na experiência do cotidiano e geralmente é processual, diferente das empresas com gestão não democrática. Segundo Melo Neto (2003) a democratização das decisões no processo gestor dos empreendimentos de economia solidária exige a participação efetiva de todos os trabalhadores e, sobretudo, o controle coletivo sobre todo o processo produtivo.

Outra característica do modelo solidário de trabalho a se destacar é a divisão equitativa dos excedentes da produção e a socialização do capital, assim como dos prejuízos, caso eles venham a ocorrer. Com o objetivo de manter a equidade, a lei número 5.764/71, que rege as empresas cooperativas, não permite que um único sócio de um empreendimento cooperativo detenha mais que um terço do capital da cooperativa (POLONIO, 2004). Isso deve garantir a socialização do capital de maneira que todos os sócios sejam beneficiados. Porém, Singer (2002) alerta que as retiradas não são iguais para todos, mas para beneficiar a todos, diz ele:

Na empresa solidária os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente em assembleia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Mas a maioria das empresas opta pela certa desigualdade das retiradas, que acompanham o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muitos menores (SINGER, 2002, p.12-13).

Segundo Singer (2002) o excedente tem sempre sua destinação decidida no coletivo, sendo que uma parte deste geralmente é disponibilizado como capital de investimento para melhoria do empreendimento, ainda é possível guardar esse capital em um fundo, com um objetivo decidido pela assembleia (educação, cultura, saúde, etc.). Portanto, há um esforço para que o capital seja instrumentalizado em benefício de todos os sócios, não somente na sua remuneração individual, mas também no que tange as necessidades do coletivo.

A Assembleia Legislativa de São Paulo promulgou, em 2011, um projeto de lei que criou o programa estadual de fomento à economia solidária no estado, no artigo 4, inciso II, diz: “distribuição equitativa dos recursos econômicos proporcionalmente ao trabalho coletivamente realizado limita a maior remuneração ao valor máximo de 6 vezes a menor remuneração” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 2011). Isso ilustra o cuidado que os empreendimentos da economia solidária devem ter com a distribuição equitativa dos recursos disponíveis.

Para Gaiger (1999) e Peixoto (2000) a cooperação é o motor para a construção de uma nova racionalidade econômica, na qual o capital não é o elemento central e sim as relações cooperativas no processo produtivo. Segundo esses autores, pesquisas empíricas apontam que a cooperação é um elemento favorável à eficiência no trabalho. O sucesso de um empreendimento solidário plenamente autogestionário passa

necessariamente pelos efeitos de uma gestão de caráter cooperativo, é o fator cooperação que vai favorecer o rendimento do trabalho associado (GAIGER, 2001).

Juntamente com a autogestão, se apresenta uma característica fundamental para identificar um empreendimento solidário, é a cooperação, que dentro dos empreendimentos solidários se traduz na paridade social entre as diversas funções exercidas na empresa. É, segundo Gaiger (1999), ter a responsabilidade partilhada no processo produtivo, estabelecer laços para que todos sejam beneficiados. Essa responsabilidade partilhada surge, segundo a geógrafa Luciana Ziglio (2012), como “oposição ao conflito e fundamentada pela necessidade de os atores envolvidos neste processo se empenharem num empreendimento conjunto para cujo resultado é necessária a ação de ambos” (ZIGLIO, 2012, p.40).

Para uma cooperação funcional, além da supressão dos propósitos individuais é necessário uma gestão das diversas competências presentes no coletivo, orquestrando-as para manter a harmonia na rede (LOPES; MORAES, 1998), ou seja, é aproveitar a habilidade de cada um, nos aspectos em que está mais capacitado, como especialidade para o benefício do coletivo, é ainda, ampliar as relações de confiança, equilibrar os poderes e compartilhar valores. Entretanto, para que o processo de cooperação aplique-se em sua dimensão, como alertou Ziglio (2012), este “sempre será um equilíbrio de poderes, ajustes de estratégias para que as competências genuinamente coletivas prevaleçam e não relações particulares de sujeitos específicos envolvidos no processo de cooperação” (ZIGLIO, 2012, p.87).

Ainda podemos citar como componente da economia solidária a auto-sustentação e o desenvolvimento humano. A primeira diz respeito, segundo Gaiger (2004), à capacidade que o empreendimento tem de se manter economicamente a médio e longo prazo, se refere a sua autossuficiência econômica e, por consequência disso, requer a capacidade de investimento, qualificação dos trabalhadores e o emprego de tecnologias limpas. Os participantes dos empreendimentos de economia solidária, em geral, no início de suas atividades pensam na subsistência dos trabalhadores, porém haverá a necessidade eminente de uma consolidação econômica, que segundo Razeto (1990) se alcança com o desenvolvimento em diversas frentes, tais como: tecnológica, de gestão e produtiva. Ademais, a auto-sustentação, segundo Gaiger (2004), possibilita a consolidação de modelos alternativos de arranjos do processo de trabalho. Assim, a

autonomia econômica de um empreendimento solidário aponta para o reconhecimento deste como um campo confiável de novas relações de trabalho e práticas econômicas.

A segunda se refere à formação da consciência, educação e qualificação profissional. Segundo Idefonso Camacho (1996) a economia alternativa alinha-se aos múltiplos segmentos sociais que apresentam uma crítica ao sistema capitalista vigente e, por conseguinte, esses movimentos têm na sua essência a tendência a promover, por ações concretas, o desenvolvimento humano e social do indivíduo.

Liliane Moser apresenta uma trabalhadora de codinome “N” que, ao ingressar em um empreendimento solidário em Chapecó, Santa Catarina, passou a pensar os problemas de seu bairro, do seu entorno, criticamente, diz ela:

Participar da associação, organizá e planejá a padaria foi muito bom, trabalhá com as colegas, ter que ouvir cada uma, decidir junto e daí fazê, nunca tinha vivido, faz a gente pensá, na vida, em casa, inclusive no bairro que a gente vive (MOSER, 2006, p.113).

Percebe-se no relato de “N” que o fato de participar efetivamente de um empreendimento autogestionário e o que ele implica em uma reeducação para vivenciar o processo democrático, a fez crescer humana e criticamente a ponto de começar a pensar no relacionamento com outros indivíduos e seus espaços sociais.

Segundo José Coraggio (2001), um dos pesquisadores da possibilidade de desenvolvimento humano dentro dos empreendimentos solidários, a partir de experiências em âmbito local, o indivíduo conecta essas vivências com à análise global. Tal conexão permite que ele desenvolva uma consciência que o leva a lutar por seus direitos na sociedade. Para que essa consciência aprofunde-se é necessário, além da práxis do dia a dia, a promoção da qualificação por meio do ensino. Um exemplo desse fator pode ser encontrado no relato abaixo:

Vamo dizê, fazê um curso, entrá num negócio assim, como esse da cooperativa, essas coisas. E daí surgiu esta cooperativa, mas antes de surgir a cooperativa eu tava no curso. (...) eu disse pro cara que tava dando o curso que eu era pedreiro, mas tavam dando o curso, né, grátis pra nós. Nós fizemo o curso em dez dias. (MOSER, 2006, p.108).

Por fim, faz-se necessário citar a responsabilidade social, que se constitui como um dos três pilares do desenvolvimento sustentável, os outros dois são: a dimensão econômica e a dimensão ambiental. Portanto, este conceito se define como a parte

social do desenvolvimento sustentável, nada mais é do que ações para a promoção social do indivíduo, do meio ambiente ou da comunidade (FROES, 1999).

Para Gaiger (2001) a responsabilidade social se traduz dentro dos empreendimentos de economia solidária como a busca ética e comprometida para a melhoria da comunidade, das relações de comércio, das trocas e intercâmbio e, sobretudo, do fomento de práticas geradoras e multiplicadoras da economia solidária em si. Portanto, se tomarmos as considerações de Gaiger, a responsabilidade social está estritamente ligada à própria sobrevivência do empreendimento, que se dá pelas relações que este estabelece com outros empreendimentos, mantendo assim uma interação entre eles que os promove mutuamente. Santos e Rodríguez (2002) destacam a importância dos empreendimentos manterem-se em rede, já que isoladamente eles são frágeis econômica e socialmente e mais propícios à adequação aos moldes capitalistas clássicos.

A seguir, mostrarei alguns avanços e limites da organização do trabalho nos empreendimentos de economia solidária, sendo isto importante para refletir se os princípios da economia solidária permitem a sua real efetivação no cotidiano das empresas solidárias.

2.2. Avanços e Limites da Organização do Trabalho nos Empreendimentos de Economia Solidária

A economia solidária, por meio de seus diversos empreendimentos, parece um campo observável de novas formas de organização do trabalho, no qual Singer (2000) identifica duas especificidades: a solidariedade e autogestão que identificariam as relações laborais nesses empreendimentos.

Essa forma de organização produtiva é solidária na medida em que estabelece uma nova relação entre trabalho e trabalhador e destes entre si, na qual o trabalhador é protagonista do processo produtivo e é autogestionária quando exige a participação de todos nas decisões da produção e comercialização daquilo que é produzido. Para Singer (2002) a economia solidária não pode se satisfazer em ser apenas uma resposta às contradições do capitalismo, mas deve oferecer uma alternativa viável para a superação de relações de trabalho exploratórias e propiciar às pessoas uma vida melhor.

Este autor sinaliza para a necessidade de se ir além das práticas solidárias, levando à produção de uma cultura solidária, para novas relações de trabalho sustentadas pelo valor da solidariedade e, conseqüentemente, pela construção coletiva. Mas será que isso é possível? Um exemplo neste sentido provém do estudo de Robert Putnam (1996) sobre o desenvolvimento desigual na Itália moderna, no qual o autor defende que a importância das associações coletivas estava na ação de incutir em seus membros *habitus*¹⁴, isso fortalecia o empreendimento na medida em que era posto em prática.

Boaventura Santos (2002) contribui também para esta reflexão, apresentando as nove teses sobre as alternativas de produção, são elas:

Tese 1 - As alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos (...); Tese 2 - O êxito das alternativas de produção depende de sua inserção em redes de colaboração e de apoio mútuo (...); Tese 3 - As lutas pela produção alternativa devem ser impulsionadas dentro e fora do estado (...); Tese 4 - As alternativas de produção devem ser vorazes em termos de escala (...); Tese 5 - A radicalização da democracia participativa e da democracia econômica são duas faces da mesma moeda (...); Tese 6 - existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal. Tese 7 - As formas alternativas de conhecimentos são fontes alternativas de produção (...); Tese 8 - Os critérios para avaliar o êxito ou o fracasso das alternativas econômicas devem ser gradualistas e inclusivas (...); Tese 9 - As alternativas de produção devem ter relações de sinergia com alternativas de outras esferas da economia e da sociedade (...) (SANTOS, 2002, p. 64-73).

Percebe-se que Santos (2002) faz uma leitura de Marx, observando que um empreendimento de produção alternativa só terá sucesso na medida em que consiga atingir outros processos sociais que transbordam o econômico. Assim, o importante não é o empreendimento em si e sim os processos sociais e culturais que ele desencadeia no trabalhador e na comunidade, como a promoção de valores relativos à solidariedade.

Apesar da identificação dos valores relativos à solidariedade, Barbosa (2010) alerta para alguns dilemas presentes dentro dos empreendimentos de economia solidária. O primeiro diz respeito à diversidade das experiências que envolvem interesses particulares em territórios com características específicas e distintas como regiões interioranas, ribeirinhas, metrópoles ou pequenas cidades. Essa diversidade,

¹⁴O autor toma esse conceito emprestado do sociólogo Pierre Bourdieu, no qual o *habitus* não é um mecanismo autossuficiente para a geração da ação: opera como uma mola que necessita de um gatilho externo; não pode, portanto, ser considerado isoladamente dos mundos sociais particulares, ou “campos”, no interior dos quais evolui. (BOURDIEU, 2000)

segundo o autor, torna difícil o controle dos valores que orientam as práticas da economia solidária. Há casos de certa porosidade entre legal e ilegal, lícito e ilícito colocando em questão o que é justo e injusto.

Barbosa (2010) destaca que os frutos do empreendimento solidário dependem diretamente da trajetória dos sujeitos sociais envolvidos no processo e da inserção do segmento produtivo no mercado local. Estudos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária mostram que quanto maior a sustentabilidade da unidade econômica numa cadeia produtiva, melhor o quadro de rendimentos e motivação dos trabalhadores.

Para o autor, isso mostra que estar ligado ao mercado local é ao mesmo tempo uma necessidade e um limite à autonomia do trabalho. Porém, o que mantém o empreendimento com o seu caráter solidário é o trabalho sobre o prisma da autogestão, mas dentro de um sistema capitalista. De um modo geral, o que varia dentro dos empreendimentos é a concepção de justiça social e modos de trabalho, que por vezes levam à precarização das relações de trabalho.

Barbosa (2010) ainda destaca outra contradição, a das fronteiras institucionais e de interesse, como a relação direta entre ONGs e os empreendimentos de economia solidária. Na maioria das vezes quem representa os trabalhadores são as ONGs e isso precisa ser pensado enquanto esfera pública, à medida em que essas organizações atuam com interesses próprios no mercado das ONGs.

Essas fronteiras institucionais e de interesses também são pouco claras quando se fala no SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), pois há uma disputa de relação com o Serviço não muito clara nos projetos e isso tem importância porque a feição do Sebrae é empresarial. Por outro lado, muitas unidades locais conseguem deslanchar suas atividades de viabilidade econômica a partir do apoio do Serviço.

De certo modo a economia solidária mantém-se como uma experiência fragmentada de trabalho, como é a informalidade. Esses trabalhadores ainda precisam de ações que visam melhor renda, educação de qualidade, saúde, saneamento e moradia. Em muitos empreendimentos a ação cooperativa, diferentemente do assalariamento, não cobre uma série de necessidades de reprodução social do trabalhador. (BARBOSA, 2010).

Tendo em vista esses dilemas observados por Barbosa, podemos inferir que não existe um empreendimento ideal, com relações de trabalho cem por cento construtivas e

promotoras de solidariedade. Como em todas as relações sociais, os empreendimentos trazem contradições internas e contradições entre teoria e prática.

Porém, segundo Singer (2002) a organização estrutural dos empreendimentos de economia solidária segue uma razão, na qual sua finalidade é fundir capital e trabalho, ou seja, garantir que o trabalhador seja o dono dos meios de produção e decida diretamente sobre ela. Para este autor, toda a empresa solidária, não importa sua natureza, deve buscar qualidade no trabalho, zelando pela solidariedade e minimizando o lucro como fator teleológico, afirma ele: “Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital” (SINGER, 2002, p.84).

A economia solidária, segundo vários autores como Singer, Corragio, Gaiger e Tiriba, surge como alternativa para que se possa estabelecer relações de trabalho permeadas pela solidariedade e regidas pela autogestão. Segundo Gaiger (2009) o que torna um empreendimento solidário são a eficiência e a viabilidade da cooperação entre seus associados. Assim, essas relações de trabalho permeadas por esse valor podem ser apontadas como “outras” ou ainda, como “alternativas”. E possivelmente se apresentam em posição as formas de organização do trabalho dentro das agroindústrias chapecoenses, regidas pela exploração e alienação.

Segundo Santos (2002), pode ser reconhecida nas práticas socioeconômicas atuais uma disputa entre dois paradigmas epistemológicos, um marcado pela hegemonia do sistema capitalista e outro marcado pela emergência de novas práticas econômicas. Essas novas práticas possibilitam a ressignificação do trabalho e, sobretudo, das relações laborais entre os indivíduos. A economia solidária passa a ter um caráter de inovação frente a outros empreendimentos economicamente ativos a partir também do apoio de instrumentos e entidades que os circundam e promovem seu desenvolvimento.

Cabe ressaltar que este trabalho não tem o intuito de afirmar que a economia solidária representa um modelo de organização do trabalho que supera a lógica capitalista. Pelo contrário, o que se quer é cotejar as prescrições do arcabouço teórico com as vivências práticas dentro dos empreendimentos existentes em Chapecó.

2.3. Os Empreendimentos Solidários de Chapecó

Na contextualização feita no primeiro capítulo percebeu-se que se desenvolveram em Chapecó alternativas econômicas que, em sua gênese, poderiam ser aproximados dos princípios fundantes da economia solidária, sem, no entanto, manterem qualquer contato com essa categoria. A partir da década de 1990, a dinâmica dos empreendimentos de economia solidária passou a ser diversificada, ou seja, temos em Chapecó muitos empreendimentos que acabaram por se extinguir, porém outros que, mesmo se adequando à dinâmica da lógica capitalista, conseguiram se consolidar dentro do mercado interno com boa estrutura de produção e oferta de produtos, mantendo alguns princípios identitários de um empreendimento solidário. Não pretendo fazer uma avaliação precisa do significado desses empreendimentos em termos quantitativos. O que pretendo apresentar é a caracterização das relações de trabalho presentes na ES da cidade de Chapecó, que atualmente apresenta, segundo a FBES (2013) cerca de 44 empresas solidárias cadastradas e funcionando ativamente.

Segundo Moser (1999) há entidades e instrumentos que proporcionam um melhor funcionamento dos grupos e oferecem soluções para diversos problemas, como o acesso à tecnologia e ao crédito e à implantação e expansão do empreendimento. Poli (2006) identificou na cidade entidades fomentadoras dos programas de economia solidária, são eles: a diocese de Chapecó, a APACO – Associação de pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina - MST – movimento dos trabalhadores sem terra - o sistema CRESOL (sistema integrado de cooperativas de crédito), o sistema ECOSOL (sistema nacional de cooperativas de economia e crédito solidário), a UCAF – união central das agroindústrias familiares do Oeste de Santa Catarina - o poder público municipal.

Identificam-se três instrumentos de apoio aos empreendimentos, são eles: a rede ECOVIDA (espaço de articulação entre os agricultores familiares), a rede de crédito com interação solidária e a rede de comercialização solidária. Além disso, o autor aponta seis programas de fomento dos empreendimentos solidários em Chapecó, são eles: projetos alternativos, programa desenvolver, programa comunidade do futuro, programa de incubadora de cooperativas populares da Prefeitura Municipal de Chapecó, programa fortalecer e programa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Comunitária Regional de Chapecó – ITCP UNOCHAPECÓ.

2.3.1. Desenvolvimento da Economia Solidária em Chapecó

A maior parte dos empreendimentos encontra-se atualmente no município de Chapecó nem sempre foram identificados com a bandeira da economia solidária, sendo que eram cooperativas de autogestão que posteriormente passaram a aderir aos princípios da ES. Dentre os diversos fatores que favoreceram o desenvolvimento da economia solidária no Oeste de Santa Catarina e conseqüentemente em Chapecó, Poli (2006) destaca quatro principais: a densidade institucional, os instrumentos de apoio, os programas de formação profissional e a existência de um capital social.

No que se refere à densidade institucional, podemos citar a forte atuação da Igreja Católica com suas pastorais, que difundiram a perspectiva da solidariedade nas relações de trabalho. Os documentos da Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM) em Medellín – Colômbia (1968), em Puebla – México (1979), e em Santo Domingo – República Dominicana (1992) e agora recentemente Aparecida (2007), tiveram o mérito de traduzir para este continente as orientações gerais da Doutrina Social Igreja, em particular do Concílio Vaticano II. Vários empreendimentos solidários atuais foram formados com o apoio direto ou sob a influência de pastorais (Pastoral Operária, Pastoral da Juventude, Pastoral da Saúde) e organismos católicos (DACOREGIO, 2011).

No Documento de Santo Domingo (1992), os bispos da América Latina expressam que é necessário apoiar e estimular as organizações de economia solidária com as quais os nossos povos procuram responder às angústias das situações de pobreza. Chamam os Estados a responder às difíceis situações agravadas pelo sistema econômico neoliberal, que afeta principalmente os mais pobres. O crescimento das práticas de economia solidária intensificou-se na década de 90. Isto se deu pela colaboração em rede entre as organizações envolvidas. E a Igreja é uma das organizações que é considerada como “matriz” dos primeiros grupos/empreendimentos de economia solidária. (DACOREGIO, 2011).

A Igreja Evangélica Protestante também colaborou, em uma escala menor, com a educação política e a criação do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (RENK, 2000). Além da Igreja, destaca-se também a atuação dos movimentos sociais que ganham evidência na região a partir dos anos 1980, propondo a construção de novas relações sociais de produção. Um exemplo desses movimentos é o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Além deste, Poli (2006) aponta o movimento sindical do final

dos anos 1980 que se tornou um aliado para o fortalecimento dos empreendimentos solidários na região com a criação da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais de Chapecó (CREDI CHAPECÓ). Por fim, destaca-se o poder público municipal que passou a oferecer técnicos que prestam assessoria aos grupos. A prefeitura de Chapecó vem mantendo, por meio da incubadora de empreendimentos solidários, apoio à economia solidária no município.

Entre os principais instrumentos de apoio, Poli (2006) identificou sete entidades, seis programas de fomento e quatro redes que atuam na região Oeste de Santa Catarina. Apenas citarei cada um deles para conhecimento do leitor, sendo que não é intenção deste trabalho aprofundar a análise sobre essas entidades. O autor aponta as seguintes: o secretariado diocesano de pastoral e as paróquias, a associação dos pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina – APACO, o movimento dos sem terra – MST - o sistema CRESOL¹⁵ – crescimento das cooperativas de crédito de trabalhadores da agricultura familiar - o sistema nacional de cooperativas de economia e crédito solidário – ECOSOL¹⁶, a União das agroindústrias familiares do Oeste Catarinense – UCAF e o poder público municipal¹⁷, como vimos acima. Além das entidades Poli (2006) destaca as redes, sendo essas também instrumentos de desenvolvimento, que se organizam e atuam de forma interconectadas e interdependentes, que visam garantir aos EESs a conquista de alguns parâmetros considerados essenciais ao seu fortalecimento e consolidação, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário, compartilhada pelos diferentes atores. Dentre esses parâmetros inclui-se escala de

¹⁵O Sistema CRESOL surgiu com a missão de “fortalecer e estimular a interação solidária entre cooperativas e agricultores/as familiares, através do crédito e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local sustentável”. A partir do seu surgimento, o sistema adquiriu vida própria e passou a fomentar a expansão das iniciativas, levando a um crescimento acentuado do número de cooperativas e de associados, tendência que se mantém até os dias atuais. Por essa razão pode ser citado como uma entidade fomentadora. (POLI, 2006, p.156)

¹⁶ Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS/CUT), em parceria com o SEBRAE, como uma tentativa de superar as barreiras de acesso ao crédito, no sistema financeiro convencional, pelos micro e pequenos empreendimentos. Tem como missão a organização de uma rede de instituições financeiras locais, voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, com ênfase na mobilização das comunidades e das organizações e empreendimentos locais, visando oferecer um conjunto de serviços financeiros compatíveis com as condições e demandas das populações mais carentes (ADS/SEBRAE, [s.d]).

¹⁷ A prefeitura de Chapecó, a partir de 1998, tinha dois diferentes programas que fomentaram um número significativo de empreendimentos, justificando, inclusive, sua classificação como uma frente de desenvolvimento da economia solidária e o poder público municipal como uma entidade fomentadora. (POLI, 2006, p.160).

produção, redução dos custos, agregação de valor, racionalidade de função para os componentes das organizações e das redes (evitar a sobreposição de ações) e apropriação de tecnologias. “Procuram romper com a lógica competitiva e tradicional do mercado capitalista, e assim construir novas relações sociais e econômicas que valorizem o ser humano e não o capital” (APACO/CEPAGRI, 2001, p. 30).

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Comunitária Regional de Chapecó ITCP UNOCHAPECÓ - iniciado no final de 2002 e oficialmente implantado no início de 2003 é um programa permanente de extensão da Universidade que tem por objeto a incubação e acompanhamento de empreendimentos de economia solidária, estruturados e geridos a partir dos princípios da autogestão, preferencialmente junto a grupos sociais excluídos ou em processo de exclusão. Tem por objetivo fortalecer o cooperativismo popular (e outras formas de economia solidária), como meio para geração de trabalho e renda, e para a organização da comunidade e de grupos socialmente excluídos, visando a ampliação da cidadania e da participação popular. Atua na assessoria a empreendimentos de economia solidária em processo de formação, desde a apresentação da demanda e pelo período necessário à sua consolidação, através da prestação de serviços de consultoria e realização de atividades formativas de capacitação para a autogestão. (POLI, 2006, p.170).

O terceiro fator que contribuiu para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários em Chapecó e na região Oeste de Santa Catarina é a existência de programas de formação profissional, que propiciaram o acesso à informação para a organização e gestão do trabalho dentro das empresas solidárias. Os programas mais significativos são os desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI e o grupo de estudos em agroecologia da UNOCHAPECÓ.

Por fim, é possível apontar um quarto fator para o desenvolvimento dos empreendimentos de economia solidária em Chapecó e região, a existência de um capital social¹⁸. A prefeitura municipal de Chapecó através do programa comunidade do futuro apoiou o surgimento, entre 1998 e 2004, de 67 empreendimentos. Até 2012 eram 44 empreendimentos de economia solidária, segundo informação obtida junto aos técnicos da ITCP UNOCHAPECÓ, que foram ou são acompanhados no processo formativo da ES.

¹⁸ Para um aprofundamento teórico sobre a categoria capital social, ver HIGGINS (2005).

Destaca-se que a economia solidária em Chapecó teve dois suportes importantes para sua efetivação: um deles é o Fórum Catarinense de Economia Solidária – FCES e o outro a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da UNOCHAPECÓ – ITCP.

O primeiro é uma organização informal que congrega instituições da sociedade civil e que atua no desenvolvimento, fomento, assessoria e articulação da economia solidária em todo o território catarinense. Segundo informação do site do Fórum Brasileiro de Economia solidária, o FCES é um órgão que surgiu para desenvolver inúmeras ações no estado, na mesma fonte pode-se observar o relato de alguns aspectos da trajetória desse Fórum:

O FCES surgiu a partir da Jornada Catarinense de Economia Popular Solidária em maio de 2000 em Florianópolis como Grupo de trabalho (GT). Neste evento estavam presentes entidades estaduais que tinham por objetivo potencializar as experiências de economia solidária carentes de articulação e fortalecimento. A ideia central era aproximar pessoas, grupos e entidades no debate de alternativas para superar a exclusão social, política e econômica, fruto do modelo socioeconômico vigente no país. O GT foi criado, então, para atuar junto aos empreendimentos e entidades rurais e urbanas envolvendo várias regiões de SC, sendo as cidades-referência de atuação: Blumenau, Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages (FBES, História, 2013).

Com o GT em funcionamento, esse espaço de discussão e atuação se torna um importante veículo das ideologias propagadas por Paul Singer. Deste processo surge em 2005, o Fórum Catarinense de Economia Solidária, que tem então desenvolvido diversas atividades em Chapecó. (FBES, História, 2013).

O segundo suporte para a efetivação da ES em Chapecó, a ITCP da UNOCHAPECÓ, se originou de um contexto de crise social e econômica da região oeste do estado de Santa Catarina. Por essa razão seu objetivo foi o de se consolidar enquanto programa de extensão e fortalecer seus empreendimentos, melhorando as condições de vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo que se encontravam excluídos do mercado formal de trabalho e dos direitos básicos de cidadania. Suas ações visam a construção de alternativas de geração de trabalho, renda e organização das populações desta região, que sofrem com o desemprego, a desqualificação diante das exigências do mercado de trabalho, o êxodo rural e a baixa qualidade de vida. Criada em 2003, trabalha com a incubação e assessoria a

empreendimentos cuja gestão se pauta nos princípios da Economia Solidária, como cooperação, solidariedade e autogestão.

Historicamente a Incubadora vem executando essas ações e sendo fortalecida com recursos de projetos externos que possibilitaram inicialmente sua estruturação e consolidação, posteriormente a ampliação, seguida da proposta de inserção territorial, culminando no alargamento de sua inserção, buscando assim maior alcance do seu trabalho. Os Empreendimentos Economia Solidária assessorados/incubados pela ITCP, desde 2004 até o final de 2012, foram mais de 120. Nestes dez anos de atividade também participou da articulação do movimento de Economia solidária na região Oeste Catarinense, através da participação e do fortalecimento das entidades de apoio à Economia Solidária como: o FRES (Fórum Regional de Economia Solidária) e o FCES (Fórum Catarinense de Economia Solidária). A ITCP Integra a Rede UNITRABALHO; que faz parte da Rede Nacional de ITCPs e também da sua atual coordenação. Desenvolveu projetos em parceria com financiadores como: Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); PROGRAMA PETROBRÁS/ Fome Zero; integrou a Equipe Gestora Estadual de Mapeamento dos Empreendimentos de Economia Solidária em seus três anos de execução, na região oeste do Estado de Santa Catarina, abrangendo mais de 100 municípios.

A Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares é um Programa Permanente de Extensão Universitária que tem por finalidade promover a inserção na economia formal de grupos sociais excluídos, a partir da sua organização para o trabalho, através da incubação e do acompanhamento de empreendimentos de economia solidária na perspectiva da autogestão. Procura garantir a autonomia e independência tanto do sujeito/indivíduo como do empreendimento/coletivo. Os objetivos no processo de incubação são: assessorar e acompanhar empreendimentos de Economia Solidária em formação; contribuir para o cumprimento da função social da Universidade; fortalecer o cooperativismo popular e outras formas de ES; efetivar espaços alternativos de formação profissional a acadêmicos e profissionais da universidade; desenvolver

atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à ES, nas diversas áreas do conhecimento; incentivar a articulações e atividades inter e multidisciplinares.¹⁹

Tem como finalidade apoiar iniciativas de Economia Solidária – cooperativas e associações de produção e consumo, grupos de produção formais e informais e outras formas de organização econômica autogestionária, através do auxílio na formulação e execução de Políticas Públicas destinadas ao fomento das experiências de Economia Solidária, contribuindo para o Desenvolvimento Social e Econômico do Oeste Catarinense.

No capítulo a seguir buscarei, por meio da pesquisa documental e empírica, verificar em que medida os ideais da economia solidária estão presentes no cotidiano das empresas solidárias e que outras possibilidades podem ser percebidas a partir da constatação de formas alternativas de organização do trabalho. Lembrando, que este estudo tem como objetivo o estudos das relações sociais de trabalho que se desenvolvem dentro dos empreendimentos de economia solidária, localizados na cidade de Chapecó nas últimas duas décadas.

¹⁹ Dados apresentados pelos técnicos da ITCP UNOCHAPECÓ.

CAPÍTULO III- RELAÇÕES DE TRABALHO NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE CHAPECÓ

Desde a introdução desta pesquisa procurei demonstrar se os princípios propostos pelos teóricos da economia solidária se efetivam nos empreendimentos e se estes possuem formas de organização do trabalho que se diferenciam daquelas propostas pelas agroindústrias de Chapecó. Este estudo pretende inscrever-se numa perspectiva materialista histórica cultural proposta por E. P. Thompson, diz ele:

Os homens e as mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p.182).

Segundo Thompson (1981) a sociedade é histórica e quem a constrói são as experiências dos agentes sociais com seus costumes, seus desejos, suas interpretações e as decisões que tomam a cada momento no curso de sua experiência de vida, que é condicionada pelas condições materiais de produção, que são fatores significativos para definir o curso dos processos históricos. Lembra o autor que:

Reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (...): parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a ‘genética’ de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiência de classe peculiar) sua pressão sobre o conjunto” (Thompson, 1981, p.189).

É necessário lembrar que o materialismo histórico oferece fundamentação teórica para que se possa entender o processo histórico pela ótica da transformação social por meio do estudo dos processos de exploração do trabalho e conseqüentemente pela análise dos processos de antítese que surgem como alternativas no mundo do trabalho.

Interessa-me particularmente discutir neste capítulo a importância das formas de organização do trabalho nos empreendimentos de economia solidária de Chapecó por

meio de sua caracterização e da dinâmica de trabalho que propõem. Para esta análise utilizaremos entrevistas com os trabalhadores e a observação *in loco* do dia a dia de trabalho para compreender a percepção destes trabalhadores acerca do processo que vivenciam. Pretende-se confrontar as informações do referencial teórico produzido anteriormente com a pesquisa empírica realizada junto aos empreendimentos selecionados.

Farei primeiramente um rápido resgate da história desses empreendimentos, procurando observar as condições de trabalho, critérios de remuneração, comercialização dos produtos, adversidades no relacionamento entre os cooperados, hierarquização no processo autogestionário, diferenças salariais em relação às empresas tradicionais e rotatividade. Assim, procurarei observar os alcances e contradições que se apresentam na construção de novas formas de organização do trabalho.

Para desenvolver esta pesquisa farei uso dos seguintes documentos; atas das assembleias gerais, atas de reuniões, Regimentos Internos, projetos operacionais, etc. Além dessas fontes escritas, faremos uso de entrevistas com cooperados e visitas de observação.

Disponho-me a analisar as atas de assembleias e as atas das reuniões para entender a formação do empreendimento, sua dinâmica de funcionamento e o processo de gestão. Ademais esse documento será utilizado como uma fonte importante para identificar as nuances do processo democrático da cooperativa. Uma das entidades também disponibilizou textos escritos para projetos governamentais e privados em busca de investimento. Esse documento é útil para observar o discurso de apresentação da instituição e se este reflete sua realidade.

Para as entrevistas selecionarei as pessoas que estão na gerência dos empreendimentos e/ou trabalhadores em geral. Procuraremos comparar as diversas visões e descrições das cooperativas por parte de integrantes que as veem a partir de diferentes locais na hierarquia.

Como já explicitarei na introdução desta pesquisa, em termos metodológicos optei por mesclar elementos teóricos e práticos dentro da concepção do materialismo Histórico de Edward Thompson. Porém cada fase da pesquisa contou com estratégias próprias para seu desenvolvimento. Sendo que, no primeiro momento foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica a partir da análise das teorias referentes ao tema abordado e a

contextualização histórica. Neste segundo momento a pesquisa contará com a análise documental, visitas de observação e as entrevistas com os agentes (roteiro em anexo).

A utilização das entrevistas é uma tentativa de, por meio dos depoimentos orais baseados na experiência do indivíduo, obtermos o que é mais significativo em sua trajetória sua relação com o objeto de estudo em questão, tendo como base teórica o que Bertaux (1980) chamou de histórias de vida sumárias. Essa forma de atuação é condizente com a abordagem qualitativa, que privilegiei neste trabalho, sendo esta definida por Richardson (1999), como o instrumento mais adequado para entender um fenômeno social.

Assim, para as entrevistas com os trabalhadores, optei por um roteiro pré-determinado, mas não se deixando de fazer outras intervenções que fossem importantes no momento, caracterizando uma entrevista guiada (Richardson, 1999). As entrevistas foram aplicadas a uma amostra dos trabalhadores, 10% em cada empreendimento, sendo esta a porcentagem mínima necessária para a análise. A escolha dos entrevistados foi feita aleatoriamente, levando em consideração gestores diretos e outros trabalhadores, buscando analisar os seguintes indicadores: histórico dos agentes envolvidos, as formas de organização do trabalho (elementos constitutivos), as formas de remuneração, participação democrática e a viabilidade econômica.

Por fim, usarei da pesquisa *in loco* para observar a dinâmica de trabalho e as relações entre os trabalhadores e ainda as aproximações e distanciamentos destes, em relação aos princípios norteadores da economia solidária.

Segundo Edward Thompson (1981) a experiência do trabalho ocorre dentro da cultura na qual o indivíduo está inserido, e ganha significado a partir dela. Sendo assim, as formas de organização do trabalho dentro dos empreendimentos de economia solidária de Chapecó se mostra um campo de análise significativo para entender o processo dialético nas relações de trabalho locais.

A economia solidária é um tema ainda pouco tratado pela historiografia brasileira e quero propor com este trabalho o distanciamento que existe entre as práticas da economia solidária e as práticas da economia nos moldes capitalistas tradicionais. Para tratar desta questão, é importante entender o tipo de relações que cultura e economia tecem e desenvolvem. Com este intuito, proponho, em primeiro lugar, neste início de terceiro capítulo analisar o conceito de economia moral proposto por Thompson.

No capítulo quatro de seu livro *Costumes em comum*, E.P. Thompson publica um texto escrito em 1971, intitulado: “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. É uma crítica aos historiadores que interpretaram as revoltas populares, provocadas pelo aumento dos preços dos cereais, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome, como “motins da turba”. Ou seja, Thompson critica uma “visão espasmódica da história popular”, que, a reboco da história econômica, não procura entender como os comportamentos dos homens “são modificados pelo costume, pela cultura e pela razão” (Thompson, 1998: 151)

Thompson justifica o uso do termo moral que se tornou tão polêmico. Para ele, a economia moral dos pobres é uma visão consistente tradicional do conjunto “das normas e obrigações sociais [e] das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade” (Thompson, 1998: 212). Poderia também ter chamado esta economia de sociológica, considerando o significado original de economia a organização adequada de uma casa, de um patrimônio. O termo “é tão ou mais ‘político’ do que economia política, mas os economistas clássicos venceram pelo cansaço” (Thompson, 1998: 212). O que ele quer marcar é a oposição entre dois modelos econômicos que partem de pressupostos distintos. Como apresentei a organização do trabalho proposta pela economia solidária e a organização nas empresas capitalistas tradicionais.

Para conceituar a economia solidária no Brasil, escolhi o economista Paul Singer. Para este, a economia solidária surge no Brasil a partir dos anos 80 por iniciativa de movimentos sociais entre os quais se destacam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As análises tinham por referência a teoria dos novos movimentos sociais com a qual Singer dialogava referindo-se a elas como “práticas econômicas alternativas, sob a forma de autogestão e cooperação”. Além disto, ele evoca uma possibilidade histórica, uma tendência desejável para a qual se empenham lideranças e outros agentes políticos que fomentam essas ações.

Os estudos de economia moral têm em comum o fato de se contraporem à economia política liberal proposta no século 18 por Adam Smith e pelos utilitaristas. O estudo de E. P. Thompson aproxima-se do nosso tema de pesquisa, pois trata de populações urbanas já envolvidas numa economia de mercado, ao contrário de estudos de sociologia rural que tratam de sociedades camponesas tradicionais ou de estudos antropológicos sobre populações nativas, o que não quer dizer que estas duas últimas não estejam em relação com a economia de mercado.

Mas enfim, qual o ethos proposto? Para Singer, o elemento central dessas organizações é o trabalho, ele próprio considerado como um valor simbólico e moral, pois realiza uma atividade útil para a sociedade. Singer é pragmático e escreve em 1997: "a solidariedade é a solução racional". Tratada como valor, a solidariedade é apresentada aqui como uma racionalidade que se opõe a uma outra, instigada pelo sistema capitalista, baseada na individualidade e na concorrência. É a solidariedade que permite, em situações econômicas adversas, enfrentar a concorrência. Mas esta solidariedade implica sacrifícios. Para garantir trabalho para todos, os "trabalhadores-gestores" devem abrir mão de salários mais elevados. A confiança mútua e a ajuda mútua são vitais para recuperar a competitividade.

O conceito de economia moral é bom para pensar a economia solidária? sim, pois podemos repetir a frase de Thompson: "'A economia moral' tornou-se suspeita porque investigava com simpatia imperativos econômicos alternativos aos do 'sistema' capitalista de mercado... e oferecia um ou dois comentários céticos sobre a infalibilidade de Adam Smith" (Thompson, 1998: 209). Este conceito pode servir para resumir o pensamento de quem defende a economia solidária, pois é apresentada como uma alternativa ao sistema capitalista. "A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho" (Singer, 2000: 13).

Parto de uma perspectiva conceitual apresentada na introdução e da contextualização das relações econômicas presentes na história de Chapecó, exposta no primeiro capítulo. Ainda neste capítulo retomei as formas de organização do trabalho presentes nas agroindústrias do município para contrapor àquelas presentes nos empreendimentos de economia solidária. No segundo capítulo se fez necessário um resgate histórico epistemológico do conceito de economia solidária e sua efetivação no contexto local.

A partir desta opção e mantendo-me fiel à hipótese proposta, estabeleço como critério norteador a análise especificamente da experiência organizativa do trabalho, com os agentes envolvidos e o seu universo de significado. Para isso farei a análise empírica dos dois empreendimentos em estudo.

Como já explicitarei na introdução dessa dissertação, a metodologia de trabalho, neste último momento da pesquisa se baseia no levantamento de dados provenientes das

fontes documentais e orais, esta segunda com base na obra de Roberto Jarry Richardson: *Pesquisa Social, métodos e técnicas*. O autor expõe que este método é frequentemente aplicado nos estudos descritivos (aqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis), os quais propõem investigar “o que é”, ou seja, a descobrir as características de um fenômeno como tal.

3.1. Apresentação dos Empreendimentos Selecionados para a Pesquisa

Como mencionado na introdução, para a realização da análise empírica dessa dissertação apresentarei brevemente os dois empreendimentos inseridos na dinâmica da economia solidária, como forma de estabelecermos estudo de caso. São eles:

Empreendimento A - COOPERSOL

Empreendimento urbano que conta com 20 cooperadas trabalhando na área de produção e comercialização de confecções tais como uniformes escolares, aventais, camisetas, macacões, uniformes para empresas. Localizada em Chapecó, a Cooperativa Mista Solidária de Chapecó²⁰ – Coopersol Confecções - foi criada, segundo sua ata de fundação no dia 16 de dezembro de 1994, com o apoio da então administração municipal e movimentos sociais, como uma alternativa de complementação de renda. Quem idealizou o projeto foi Antônia Ogliari Talgatti, que iniciou as atividades na busca por pessoas que estivessem desempregadas ou donas de casa que ainda não integravam o mercado formal de trabalho.

A formação do grupo e o início dos trabalhos aconteceram no ano seguinte, em 1996. “Trabalhamos durante oito anos em poucas pessoas e, com o aumento das demandas, em 2004, percebemos a necessidade de formar um grupo maior e transformar nossa iniciativa em uma cooperativa”, relembra Antônia. O aumento de demanda adveio basicamente de novos contratos com empresas que solicitavam uniformes para seus funcionários. De acordo com ela, 2005 foi o ano decisivo para a estruturação da Cooperativa. “Durante aquele ano, desenvolvemos um processo de formação a respeito

²⁰ Informações retiradas de: Notícias. CRESOL. Disponível em: < <http://www.cresolcentral.com.br/noticia/477> > acesso em 20/09/2013. Disponível em: < http://www.diocesechapeco.org.br/2011/index.php?link=vernoticia&id_noticia=435 > acesso em: 20/09/2013.

Ata de fundação; descritivo dos projetos sociais.

A cooperativa ainda não possui um regimento interno, está em fase de construção.

do que era cooperativismo, dos princípios que buscávamos com a organização e também sobre os intuitos que o grupo possuía.”²¹

Neste processo de construção coletiva e ao longo de sua trajetória, a cooperativa contou com o apoio de programas e instituições como a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNOCHAPECÓ, a Cáritas Brasileira, a Unisol Brasil, a Cresol Base Cescoper e a Cresol Credi Chapecó. Assim, dez anos depois das primeiras iniciativas, em 16 de dezembro de 2005, a Coopersol realizou a assembleia de fundação da Cooperativa. Ainda conforme Antônia, o grupo foi se estruturando, cada cooperado foi contribuindo e a organização foi se envolvendo também com o movimento da economia solidária. A Coopersol participa de forma sistemática em eventos do setor, como no Conselho Estadual do Artesanato e Economia Solidária e no Conselho Nacional de Economia Solidária.

Com patrocínio do Programa Petrobrás Desenvolvimento e Cidadania, o empreendimento viabilizou a compra do terreno na rua Francisco Dias Velho, 1334, bairro Passos dos Fortes, Chapecó, a construção do pavilhão e a aquisição de alguns equipamentos, ou seja, a transformação em cooperativa viabilizou economicamente o empreendimento, possibilitando maior capacidade de produção, inclusão de pessoas e a continuidade dos trabalhos.

Atualmente, o grupo é formado por 20 associadas que trabalham, mais expressivamente, na produção de uniformes em geral. Há muita dificuldade na comercialização dos produtos, a mais significativa é a forte concorrência com empresas maiores e de melhor estrutura. Para os períodos seguintes e com as próximas parcelas do recurso da Petrobrás as prioridades da Coopersol são ampliar o espaço físico, montar a própria serigrafia e controlar todos os níveis de produção, já que isto não acontece até o momento. No entanto, o projeto é amplo e não abrange apenas trabalhos relacionados à costura. “Além da serigrafia, há o projeto de recolhimento e reciclagem de óleo de cozinha para a fabricação de sabão”. Outra ideia é a confecção de artesanato a partir dos retalhos que sobram das costuras²².

²¹ Entrevista com a Senhora Antônia Ogliari Talgatti, presidente da Coopersol. (12/09/2013).

²² Entrevista com a Senhora Antônia Ogliari Talgatti, presidente da Coopersol. (12/09/2013).

Empreendimento B - COOPER CASA NOVA

A Cooperativa de Construção Civil e Habitação Casa Nova²³ (Cooper Casa Nova) está localizada no município de Chapecó no oeste do estado de Santa Catarina. Segundo seu Estatuto Social, Artigo 1º inciso III, iniciou suas atividades no dia 01 de março de 2005, quando um grupo de trabalhadores (as) reuniu-se buscando uma organização que visava oferecer melhores condições de trabalho e renda aos participantes, conseqüentemente, melhores condições de vida, mas, sobretudo, segundo informações do regimento interno da instituição, buscando a autonomia dos trabalhadores. Cabe informar que estes trabalhadores(as) eram, em geral, descendentes de agricultores familiares da região oeste, que já tinham experiências em atuar de forma cooperativada e, que, naquele momento, ou estavam desempregados ou eram assalariados das grandes empresas imobiliárias e de construção civil da cidade de Chapecó, recebendo, segundo seus relatos, baixos salários, que não possibilitavam o sustento de suas famílias e também não condizente com a categoria da construção civil da região. Para criar a cooperativa, sucederam-se reuniões quinzenais, de abril de 2004 a dezembro de 2004, quando então foram discutidas várias temáticas, dentre as quais destacamos: análise da conjuntura e os reflexos no mundo do trabalho; como funciona a sociedade; relações interpessoais; cooperativismo e associativismo, como organizar uma cooperativa e seus princípios. Em março de 2005, após os debates realizados, bem como a percepção do avanço do grupo, foi fundada a Cooperativa de Construção Civil Casa Nova (Cooper Casa Nova).

A partir de março de 2005, a Cooperativa iniciou as atividades de prestação de serviço na construção civil. Também neste período, buscou assessoria junto à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNOCHAPECÓ para atuar no processo de acompanhamento e incubação deste empreendimento numa perspectiva da economia solidária. Na época, contava com apoio do Mine Projetos Alternativos da

²³ Dados retirados das seguintes fontes: Estatuto Social da Cooperativa Civil Casa Nova; Regimento Interno da Cooperativa de Construção Civil Casa Nova; Ata de Fundação.

COOPER CASA NOVA (Org.). Cooper Casa Nova. Disponível em: <http://coopercasanova.wix.com/site>. Acesso em: 08 ago. 2013.
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP (Org.). Cooperativismo. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/sescoop/>. Acesso em: 08 ago. 2013.

CNBB, recebendo recursos utilizados para aquisição de duas betoneiras e uma esmerilhadeira, que possibilitou o início das atividades. Com o objetivo de organizar os trabalhadores e trabalhadoras para construção de suas casas, ampliou-se a atuação da cooperativa, passando a atuar além da construção civil, também na organização de grupos para construção solidária da moradia e o nome passou a ser Cooperativa de Construção Civil e Habitação Casa Nova, com isso, buscou-se credenciamento junto à Caixa Econômica Federal para liberação de recursos do Sistema Nacional de Habitação.

No ano de 2006 o empreendimento se fortaleceu, passando a atuar com uma média de 26 trabalhadores e novos contratos para fornecimento de mão de obra, o grupo evoluiu do ponto de vista da qualidade da mão de obra, mas especialmente se fortaleceu na metodologia de trabalho em grupo, tendo participação efetiva na gestão do empreendimento. Em 2007 consolidou-se um programa interno de utilização de equipamentos de segurança no trabalho e prevenção de acidentes. Outra iniciativa implementada foi a reutilização de materiais de construção, equipamentos, aberturas e móveis já que nas obras de reforma, percebiam-se desperdícios. No ano de 2009 a Cooperativa garantiu sua solidez. Nenhum cooperado foi desligado ou optou por se desligar, mas sim novas pessoas ingressaram e iniciaram suas participações.

Atualmente Cooper Casa Nova é participante do Fórum Regional de Economia Solidária, também é um empreendimento incubado pela ITCP-UNOCHAPECÓ. A Cooper Casa Nova é formada atualmente por 21 cooperados que estão cumprindo o período de um ano. Presentemente a Cooper Casa Nova está dividida em equipes de trabalho, sendo elas: diretoria, coordenação política da entidade; conselho fiscal: equipe responsável pela conferência das notas fiscais, projetos e orçamentos da cooperativa; coordenadores de obra: pessoas responsáveis por coordenar e organizar o trabalho nas obras, comissão de prevenção de acidentes: equipe que visa prevenir acidentes dentro das obras fiscaliza a utilização de materiais adequados para a proteção no local de trabalho e a comissão de organização de ferramentas e patrimônio. A sistemática de planejamentos funciona de acordo com as normas estabelecidas no estatuto social e regimento interno da cooperativa.

Uma vez por semana acontece uma reunião para a discussão de problemas internos referentes à produtividade e às condições de trabalho. Também a diretoria se reúne posteriormente para dar encaminhamento ao que foi debatido na reunião geral.

Segundo o regimento interno da cooperativa, são direitos e deveres dos cooperados: tomar parte nas assembleias Gerais e seccionais (a qual está inscrito); propor medida de interesse social; votar e ser votado; participar das atividades que constituem objeto da cooperativa; solicitar à diretoria esclarecimentos sobre a atividade da sociedade; consultar os relatórios da diretoria, o balanço geral e o parecer do conselho fiscal, quando desejar, ou em datas previamente agendadas no período que anteceder a assembleia geral, conforme estatuto social. São deveres dos cooperados: cumprir os estatutos e o regimento interno da cooperativa; acatar as decisões das assembleias gerais e das assembleias seccionais e da diretoria, ainda que ausente ou discordante; cumprir, pontualmente, as obrigações financeiras, assumidas perante a sociedade; integralizar eventual diferença apurada ou estimada entre o custo estimado e o custo final da unidade. Esses direitos e deveres e sua efetividade dentro do empreendimento serão discutidos neste terceiro capítulo deste trabalho.

3.2. Caracterização dos Sujeitos Inseridos nos Empreendimentos estudados

Atualmente a economia solidária é vista como uma alternativa às formas capitalistas de organização do trabalho. Pesquisas feitas por Singer (2002) e Gaiger (2004) compreendem os sujeitos inseridos nos empreendimentos como um ser em construção e esta se dá nos discursos e práticas que valorizam a autogestão e a cooperação e conseqüentemente valores como a solidariedade.

Sendo assim, a caracterização dos sujeitos inseridos nesta dinâmica de trabalho resulta dos processos socializadores que ele vivencia no fazer diário e que resulta em novos conhecimentos, valores assimilados, comportamentos e ações.

Observando a trajetória dos sujeitos nos dois empreendimentos estudados, percebe-se que se trata de pessoas provenientes de duas experiências de trabalho, da agricultura familiar ou das agroindústrias, na maioria das vezes descendentes de alemães ou italianos, oriundos da região oeste de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul.

Os relatos coletados por meio das entrevistas informam que se trata de pessoas com nível de instrução baixo, raramente encontrado alguém com curso superior e a maioria concluiu apenas o ensino fundamental, idades acima dos 40 anos e uma maioria

do sexo feminino no empreendimento A, por se tratar do ramo têxtil e uma maioria do sexo masculino no empreendimento B, por se tratar do ramo da construção civil.

Também se percebe que muitos desses sujeitos vêm de tradições associativas, ou de organizações comunitárias, de experiências de exercício de liderança ou com forte formação ideológica cristão-católica, como destaca uma cooperada do empreendimento A:

Fui convidada para um encontro de costureiras pela minha vizinha, eu era pequena agricultora e nós tínhamos o pensamento de montar uma cooperativa, eu era catequista, isso me ajudou a entender o que era o capitalismo e o que era uma cooperativa. (Entrevista 01, Empreendimento A).

O fato de estar envolvida com a catequese da Igreja cristã católica ajudou a entender as diferenças entre as formas de organização do trabalho capitalistas e cooperativistas, trazendo em seu discurso um processo de valoração dos dois, sendo que o capitalismo é “mau” e cooperativismo é “bom”. Destaca-se como traço marcante deste agente a religiosidade, que é uma característica forte da região em estudo.

Outra característica marcante é a assimilação dolorosa dos princípios da economia solidária. Eles dizem: “Agora eu sei como fazer uma reunião”. Os sujeitos chegam ao empreendimento com valores associativos, mas não com as práticas. Como indica o depoimento de uma cooperada do empreendimento A:

Numa cooperativa você tem que sempre aprender. Acho que tem que acostumar a trabalhar com outras pessoas novas. Elas vêm aqui com aquela ideia que precisa sempre ter alguém que mande, elas perguntam: o que eu faço agora? É difícil de colocar na cabeça delas que se todo mundo trabalhar junto e mais, a produção rende mais e todo mundo ganha mais, vai ser melhor pra todo mundo. Todos nós temos responsabilidade na produção, na venda, na entrega, em tudo. (Entrevista 01, Empreendimento A).

Nota-se neste depoimento que há uma dificuldade em exercitar na prática, os valores do cooperativismo e de se integrar em uma nova lógica de produção e comercialização. Este sujeito está sempre em um aprendizado dialético, no qual, ele confronta as formas de organização do trabalho de onde veio com as novas observadas no empreendimento.

3.3. Sobre a Dinâmica de Funcionamento dos Empreendimentos

Um primeiro aspecto a ser observado em relação à dinâmica de funcionamento dos empreendimentos de maneira geral é que ele segue um modelo organizacional baseado no princípio da autogestão, pelo qual, os meios de produção e a força de trabalho pertencem a todos os cooperados, ele é responsável não só por seu trabalho, mas por todo o empreendimento e sua funcionalidade.

Tratarei aqui do *modus operandi* do empreendimento, ou seja, da teia de relações entre os indivíduos e destes com seu trabalho cotidiano. O princípio democrático é materializado nas assembleias, nas quais é possível perceber as nuances deste processo.

Sendo assim, o funcionamento do empreendimento como um todo passa pela gestão discutida nos espaços de diálogo, estes garantidos pelo estatuto social dos empreendimentos, como podemos verificar no estatuto social do empreendimento B, capítulo III, Artigo 5, inciso I: “É direito do associado participar das assembleias gerais e das reuniões da cooperativa.” O cooperado nestes espaços tem a oportunidade de opinar, como verifica-se registrar nas atas analisadas, e nas entrevistas feitas, sobretudo quando os cooperados afirmam nos relatos que são os próprios patrões, como observamos no relato abaixo:

Olha tem o negócio da Economia Solidária né, não tem patrão pra te fazer pressão, tá certo que aqui é mais largado, tem gente que falta muito e não dá nada, mas no fim é bom porque os lucros a gente divide, todo mundo trabalha e se todo mundo trabalhar direitinho a gente ganha mais. (entrevista, 02, Empreendimento A).

Nos empreendimentos é recorrente este discurso, a nomenclatura cooperado, coloca todos como iguais. O ato de trabalhar sem patrão levanta duas questões entre os relatos, uma é a responsabilidade pelo todo e a outra é a possibilidade de trabalhar sem a “pressão do patrão”, como vemos no relato a seguir:

Eu acho que a cooperativa é um serviço mais justo, aqui a gente não tem patrão, somos nós que temos que cuidar de tudo, acho que é melhor de ter um patrão pressionando, eu gosto desse trabalho. A gente tem chance de crescer, aprender, eu já era esclarecida por conta da catequese. (Entrevista 01, Empreendimento A).

Observa-se nestes relatos, que a gestão democrática se apresenta como uma alternativa à gestão hierarquizada. Os indivíduos imersos neste processo começam a posicionar-se, sentindo-se responsáveis pelo empreendimento, há uma consciência do

coletivo, entendida no discurso dos trabalhadores quando na maioria das vezes se referem ao empreendimento com um “nós”, um exemplo é quando perguntado sobre o futuro da empresa, uma integrante responde: “A cooperativa vai crescer, já temos o galpão novo que você viu e agora vamos abrir a estamperia”. (Entrevista 01, Empreendimento A). Percebe-se que o uso do “temos” e “vamos” se refere exatamente a este coletivo, que se reflete em todas as instancias organizativas, como destaca Paul Singer

A posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores; destinação do excedente anual (denominado sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER, 2000, p. 13).

A união de forças entre iguais, o trabalho coletivo e autogestionário se constituem como bases da dinâmica de trabalho dentro dos empreendimentos de economia solidária. Em Chapecó, esses empreendimentos, vencendo as diversas adversidades que se apresentam em sua história, lutam para manter os princípios da cooperação e da solidariedade dentro do seu *modus operandi*. Apresentarei a seguir as observações e análises feitas no estudo das relações de trabalho dentro dos dois empreendimentos apresentados anteriormente.

3.3.1. Formas de Organização do Trabalho

Considerando inicialmente a realidade constatada nos empreendimentos estudados, constata-se primeiramente que a organização destas cooperativas foi motivada pela busca de alternativas de renda. Em um contexto histórico econômico marcado por uma crise da agricultura familiar e também do fortalecimento das ideias cooperativistas na região. Neste sentido, não se pode perder de vista a autogestão como alternativa à heterogestão.

Observando os depoimentos colhidos percebe-se que eles estão marcados pela produção associativa e conseqüentemente pelo processo participativo, porém cada um traz características particulares na organização do trabalho.

De um lado o empreendimento A, cuja origem de seus membros se concentra em significativas experiências de produção associada, na perspectiva da autogestão, sendo que esses agentes provém de movimentos pastorais ou movimentos sociais, isto propiciou a produção de relações de trabalho mais coerentes com os princípios da autogestão e da cooperação, como observamos no relato de uma das diretoras do empreendimento:

Há possibilidades, tem que perceber aquela pessoa que tem o espírito de cooperado ou a pessoa que tem o espírito capitalista. No decorrer da conversa a gente sabe, tem que tomar cuidado para não por na diretoria uma pessoa de espírito capitalista, aí vai desandar né (Entrevista 04, Empreendimento A).

Essa pessoa com espírito cooperado é certamente aquelas que vêm de uma experiência associativa e que segundo a diretoria do empreendimento A está apta a assumir cargos de diretoria, diferente daquelas que não têm essa experiência, que precisa ser ainda inculcada.

Os dois empreendimentos em estudo se dedicam a atividades diferenciadas. O empreendimento A dedica-se ao ramo têxtil, a confecção de uniformes e roupas em geral, já o empreendimento B dedica-se à construção civil. Eles passaram pelo processo de incubação, explicado no capítulo anterior, e a partir daí foram caracterizados como empreendimentos de economia solidária, no qual predomina o trabalho coletivo e a autogestão.

Seu surgimento, que pode ser entendido como uma necessidade de busca dos trabalhadores por uma alternativa de renda, contou com o apoio direto ou indireto das diversas instituições, citadas no capítulo anterior. Nas duas situações estudadas há uma organização inicial que parte do trabalhador, de maneira informal e sem apoio institucional, como se percebe no relato de um trabalhador do empreendimento B:

Eu trabalhava como autônomo aqui, vi o pessoal na obra, não sabia o que era uma cooperativa, fui falar com o Renato. E aí no outro dia conversamos, ele me disse como funcionava a cooperativa e acabei vindo pra cá. (Entrevista 07, Empreendimento B).

O depoimento ilustra que o início do empreendimento se dá em um contexto extremamente informal. A motivação principal é encontrar uma alternativa de renda envolvendo pessoas do ciclo de amizade e familiares e para atender o entorno, geralmente as necessidades do próprio bairro.

No empreendimento B, percebe-se que houve um ano de debates e reuniões até a formalização da cooperativa. “Fui convidado em 2004 por um colega de trabalho na construtora que eu trabalhava para o debate” (Entrevista 06, Empreendimento B). De 2004 até 2005 os trabalhadores se reuniam e discutiam as regras de trabalho e a possibilidade da regularização.

Ressalta-se o fato de que o trabalhador dos dois empreendimentos começa a vivenciar uma experiência de trabalho diferente daquelas vivenciadas na agricultura familiar, na qual só produzia matéria prima, ou na agroindústria, onde se localizava alheio aos meios de produção. No empreendimento ele passa a desempenhar o papel de dono dos meios de produção e proprietário do produto final do seu trabalho, como relata o trabalhador do empreendimento B:

Quando eu entrego uma obra é uma satisfação enorme. Eu fazer com que essa família fique feliz e sabe que fui eu que fiz. Você tem uma relação mais próxima com o cliente. Produzir alimento e moradia é algo nobre. (Entrevista 06, Empreendimento B).

Em nenhum momento de sua trajetória anterior de trabalho, este sujeito teve uma relação tão próxima com o cliente e a percepção do todo de seu trabalho. Nesta nova experiência ele avalia o seu trabalho como um todo.

Ainda, estas novas relações de trabalho trazem ao trabalhador transformações concretas, novas habilidades, adequações sociais, ou seja, este sujeito se apropria de novos conhecimentos que favorecem a experiência de trabalho coletivo e a gestão democrática. A maioria dos entrevistados, dos dois empreendimentos, destacou que o escutar, dialogar é o mais importante, e que aprenderam isto a partir da possibilidade de trabalho no empreendimento, como vemos neste relato: “Aqui a gente conversa bastante, tudo é discutido, a gente tem o dialogo né. Também a gente faz uma auto avaliação e todos participam” (Entrevista, 07, Empreendimento B).

Um segundo aspecto a se considerar é a divisão de tarefas dentro do trabalho coletivo que também favorece a cooperação entre os sujeitos e nos permite observar as estratégias usadas nas duas empresas, sendo que estas diferem.

No empreendimento A há uma preocupação permanente pela produtividade, assim a divisão das tarefas privilegia esta. Busca-se suprir as necessidades nas máquinas que são essenciais para garantir a produtividade, como indica o relato a seguir:

A gente vê o setor que tá faltando e vê se a pessoa sabe fazer, se não ensina. Se tá faltando pra mesa tu vai pegar na mesa, se tá faltando na máquina reta tu vai pegar na máquina reta. A gente vai se revezando, mas o corte é o mais difícil que tem porque a pessoa precisa fazer. É distribuir as pessoas. Fazemos as compras conforme o pedido, às vezes demora a vir, nós não temos um estoque muito grande. Adapta conforme a necessidade. (Entrevista 04, Empreendimento A).

A distribuição das tarefas passa pela emergência na entrega dos pedidos e pela especialização do trabalhador. A coordenadora no início do dia distribui as atividades, que são feitas em ambiente coletivo, mas com funções diferentes na escala de produção. Em função desta postura define-se no início do dia a atividade do dia, isso não quer dizer que no dia seguinte fará a mesma coisa, é possível, mas não certo. Porém tem-se que destacar quando uma cooperada mostra um conhecimento especializado a tendência é ela ficar fixa naquele trabalho.

Outra coisa a se destacar é que existe uma praxe que predomina na divisão das tarefas no trabalho que é a adaptabilidade do trabalhador ao trabalho ao qual está destinado, isto é percebido nos dois empreendimentos, há uma busca por encaixar o trabalhador na função que se adapta melhor, como destaca este trabalhador do empreendimento A:

Quando chega uma pessoa nova aqui, pelo contato boca a boca mesmo, agente vai vendo onde ela se adapta melhor, experimenta na costura simples, no corte, pra ver se ela sabe ou aprende rápido. (Entrevista 04, Empreendimento A).

É preciso registrar que nas observações, não encontrei dificuldades neste processo, como é possível perceber no relato acima, a adaptabilidade ao trabalho é feita conforme a afinidade que o trabalhador apresenta neste ou naquele “fazer”. Ou seja, uma valorização de sua experiência laboral e de seus saberes. Assim pode-se inferir que existe uma busca pelo aperfeiçoamento, mas que esta acontece de maneira natural e como fruto desta adaptabilidade. Esta forma de conduzir a distribuição do trabalho trouxe aos cooperados um grau de satisfação bom que se manifesta em uma boa produtividade.

No Empreendimento B existe uma particularidade, por se tratar de uma empresa que trabalha no ramo da construção civil, existe uma definição clara das funções, mas isso não impede que os trabalhadores mudem de obra e até de função dentro da obra.

Outra coisa a se destacar é a organização sistemática do funcionamento do trabalho, como observamos no relato a seguir:

A gente tem três tipos de trabalho que a gente faz ultimamente, a prestação de serviço, a mão de obra com material e outro com obra própria. De acordo com cada um a gente organiza a produção, toda obra tem um coordenador da obra, tem uma reunião semanal para avaliar a semana anterior com os que estão envolvidos na obra, tem na obra um diário de obra para detalhar o que aconteceu no dia. Anota as coisas que aconteceu de positivo e negativo e quando entrega a obra faz uma avaliação geral. (Entrevista 05, Empreendimento B).

Percebe-se que no empreendimento em destaque existe além da distribuição de tarefas, uma sistemática de funcionamento. Esta permite, além da efetivação da gestão democrática, por meio das reuniões semanais, uma avaliação substancial de todo o processo de trabalho.

No que se refere às atividades do dia a dia na obra o que predomina é que todos os trabalhadores buscam fazer atividades diversificadas dentro da área de atividade na qual o empreendimento se dedica, o que aparece na maioria dos depoimentos: “É, tá todo mundo na construção civil, mas cada um faz uma parte, mas a maioria faz tudo, só o acabamento que tem poucos que fazem” (Entrevista 07, Empreendimento B). Nota-se uma identificação menor dos trabalhadores com uma função específica.

Nos dois empreendimentos observamos a presença do elemento da solidariedade e de cooperação entre os membros, isto está presente no discurso dos trabalhadores: “É muito legal, a gente consegue trabalhar com todo mundo, é uma parceria, companheirismo, todo mundo pega junto quando precisa” (Entrevista 08, Empreendimento B).

Esses relatos nos indicam que as relações de trabalho vivenciadas no interior dos empreendimentos fortificam os valores que ajudam a efetivar o princípio da autogestão e a combater as relações de exploração vivenciadas por eles em outra lógica de trabalho. Essa diferença parece clara aos trabalhadores: “Lá na empresa tem patrão, você é mandado, repreendido, você não pode ter iniciativa, tem que só obedecer. Aqui na cooperativa a gente decide junto, você pode falar, ter iniciativa” (Entrevista 07, Empreendimento B). Tanto no discurso dos sujeitos, quanto na observação feita fica evidenciado que inexistem dentro dos empreendimentos estudados, a relação empregado-patrão, sendo esta caracterizada por eles como o “jeito de trabalhar na empresa”.

Desse modo, o que marca as relações de trabalho é a cooperação e não a competição, o conhecimento é partilhado e não monopolizado e concretamente menos alienado. Mesmo em casos em que as funções são específicas, todos sabem o que é e o que representa para o coletivo e não abrem mão do direito de criticar ou entrar em discussões, como indica um trabalhador:

Sempre digo que o conflito é permanente, se não tiver conflito quer dizer que tem alguém mandando. Mas não tem atritos, a gente debate e tudo sempre no diálogo. Dialogo não é ouvir o que você quer. (Entrevista 06, Empreendimento B).

Pois, como foi já assinalado, este atrito faz parte do processo democrático na construção das relações de trabalho. Os sujeitos que encontrados nestes empreendimentos mostram-se bem informados em relação ao arcabouço teórico da economia solidária. Sobretudo no empreendimento A, observou-se a identificação com o empreendimento e com o trabalho desenvolvido, considerado mais fácil e mais rentável que aquele feito nas agroindústrias ou na agricultura, como indica uma trabalhadora: “Na agricultura é mais sofrido, aqui é menos sofrido, a gente se judia menos, é um trabalho mais leve e a gente ganha um pouco mais né”. (Entrevista 03, Empreendimento A).

Mesmo entre os integrantes do empreendimento B, o trabalho na cooperativa se apresenta de maneira muito positiva, considerado mais agradável e com uma boa perspectiva de crescimento, como podemos ver no relato a seguir: “A cooperativa tem bom futuro pra frente, nos queremos fazer todo o processo, agregar valor, vai melhorar as nossas condições de vida” (Entrevista 07, Empreendimento B).

Este trabalhador demonstra grande satisfação com o atual momento do empreendimento e percebe uma perspectiva de crescimento que trará a ele melhor renda, mas não somente isto, também um ambiente saudável de trabalho, menos submissão à exploração bem como um crescimento intelectual e da consciência social. Consequentemente uma melhor condição de vida.

Em todos esses relatos pode-se apreender que existe por trás dos discursos uma formação ideológica, que se faz mais forte nos trabalhadores mais antigos, mas que não deixa de estar presente também nos novos. Prevalece a ideia da solidariedade e da cooperação e o entendimento de outras formas de organização do trabalho como menos humanizantes. Por fim, há um entendimento das relações de trabalho em toda a sua

complexidade, ele se sente colaborador do empreendimento e trabalha para o crescimento do mesmo.

3.3.2. Critérios de Remuneração

A remuneração pelo trabalho dentro dos empreendimentos de economia solidária estudados, apesar de apresentar alguns elementos novos, não difere muito de uma empresa tradicional, esta posiciona o trabalhador em uma hierarquia de cargos e de valores que advém modernamente do desenvolvimento das competências e habilidades que o trabalhador utiliza em seu trabalho, normalmente sob a forma de salário fixo ou variável dentro da política estabelecida pela empresa (DUTRA, 2001).

Nos empreendimentos estudados, por sua vez, a remuneração dos trabalhadores, considerados apresenta diferenças que se estabelecem por uma sutil hierarquização de cargos como aponta o depoimento de um trabalhador do empreendimento B:

Claro, existem as avaliações. No começo nós iniciamos com quatro níveis: O cara que não sabia nada, o servente, meio oficial e o profissional. Essa foi a forma que a gente procurou fazer com os associados (entrevista 05, Empreendimento B).

Singer (2002) indica que há variedade na remuneração entre os empreendimentos, como percebido no depoimento acima, também existe uma hierarquização baseada nas habilidades para o trabalho. Porém, o autor também destaca que a diferença entre o maior e o menor valor de “retirada” é muito inferior às diferenças dentro de uma empresa capitalista tradicional. A variação existe em função da remuneração ser medida pelas horas de trabalho, que variam entre os trabalhadores e por esta hierarquia de cargos. Horas estas que são medidas também pela eficiência do trabalhador, como ilustra o depoimento de um trabalhador e gestor do empreendimento A: “Tem umas mais lentas outras mais rápidas aí tem que ver. Tu não vai excluir a pessoa porque ela é lerda, mas aí ela vai ganhar a hora que ela merece” (Entrevista 01, Empreendimento A).

Observa-se que a remuneração de um empreendimento solidário se distingue de outras formas de organização do trabalho por possibilitar que os trabalhadores, cooperando no coletivo, obtenham também resultados coletivos, não iguais, mas cooperativos. Neste sentido, o objetivo da empresa solidária passa a ser uma produtividade maior para um rendimento maior do coletivo, e isso está presente nos

discursos dos agentes, “mas no fim é bom porque os lucros a gente divide, todo mundo trabalha e se todo mundo trabalhar direitinho a gente ganha mais”. (entrevista 02). Assim, o maior objetivo do empreendimento não é a apropriação da mais-valia e sim proporcionar maiores rendimentos para o benefício do coletivo e da manutenção da empresa como um todo.

Nos dois empreendimentos estudados a prática do associativismo garante que a remuneração pela proporcionalidade, ou seja, todos os ganhos são divididos entre os cooperados, já em uma empresa como a Sadia ou a Perdigão, há a expropriação de parte do capital.

Porém é preciso destacar que é difícil dentro das cooperativas a assimilação da lógica de cooperação, há sempre por parte dos coordenadores uma preocupação com o processo educativo, para garantir uma melhor remuneração a todos, portanto se faz necessário que o trabalhador entenda que trabalhando mais e melhor terá melhor rendimento para ele e para o coletivo, essa preocupação está presente no relato feito na ata de reunião da diretoria e conselho fiscal do empreendimento B, realizada no dia 05 de maio de 2008: (...) “será paga conforme a retirada de acordo com as horas trabalhadas de cada cooperado, isso implicará em diferenciação na contribuição, sendo que o valor total da despesa será dividido proporcionalmente”.

A remuneração melhor, nos dois casos traz a possibilidade do desenvolvimento de novos conhecimentos técnicos e acadêmicos, que corroboram para o aperfeiçoamento do exercício da autogestão e da cooperação, ou seja, com uma remuneração melhor os trabalhadores fazem novos cursos e com estes vem também um melhor esclarecimento do processo democrático de trabalho, como se constata em um relato de um trabalhador do empreendimento B. “Eu pretendo me formar em ciências sociais, para melhorar essa dificuldade que o trabalhador tem de se relacionar com outros, sempre estudar né” (Entrevista 06, Empreendimento B).

A análise, no que se refere aos rendimentos dos dois empreendimentos informa que a remuneração nestes, primeiro surge de um processo de decisão do coletivo, segundo que pouco se assemelha à forma de remuneração das empresas capitalistas tradicionais, como explica um gestor do empreendimento B:

Fazemos um levantamento das entradas, quantos recursos temos, lançamos o valor com as horas trabalhadas e tirando as despesas e os 4% da manutenção da cooperativa e 2% de um fundo solidário que a cooperativa mantém para

ajudar os cooperados. Tira as despesas e distribui entre os cooperados. (Entrevista, 05, Empreendimento B).

Mesmo que adote como critério de remuneração uma avaliação da eficiência do trabalho e tempo de efetivo trabalho, os trabalhadores compartilham os resultados obtidos no coletivo em sua totalidade, salvaguardado o capital destinado à manutenção do empreendimento.

Os empreendimentos estão, obviamente, sujeitos à oscilação do mercado e a possíveis crises na região, porém o fato de fazer parte de uma empresa solidária dá aos trabalhadores a segurança de manter uma renda mesmo que esta seja abalada por alguma interferência do mercado, como indica o depoimento de um trabalhador do empreendimento B:

Primeiro lugar no trabalho anterior eu era assalariado e tinha uma hierarquia e tinha que cumprir ordens, na cooperativa além de fazer a gestão, se organiza para além do trabalho você também tem grandes possibilidades de melhorar a renda e garantias de trabalho na crise, lembra-se de 2009 que teve a crise, aqui a gente diminuiu a renda, mas ninguém perdeu o emprego. (Entrevista 06, Empreendimento B).

Percebe-se que mesmo com a diminuição da renda o trabalhador se sente seguro porque faz parte do empreendimento e não se sente um empregado, mas sim um gestor. Certamente o objetivo de todo o trabalhador é melhorar a sua renda individual, porém nos relatos dos trabalhadores identificam-se duas vias, esta mais individualista, mas necessária, e outra mais voltada para o coletivo, de fortalecimento do capital do empreendimento como um todo.

Desta forma, o empreendimento de economia solidária pode ser entendido como um espaço onde se viabiliza aspirações individuais no que tange a promoção do sujeito por meio de uma remuneração melhor e também um espaço de aspirações do coletivo, no qual se concretizam projetos democráticos que promovem o crescimento da empresa e seu reconhecimento social.

3.3.3. Relacionamento entre Cooperados e Rotatividade

Nos dois empreendimentos estudados o relacionamento entre os cooperados pode ser considerado um fator significativo para a efetivação dos princípios da economia solidária. Outra questão a se levar em conta é a alta rotatividade dentro das empresas

solidárias, nos dois empreendimentos encontramos cerca de 20% dos sócios que estão há mais de cinco anos na cooperativa, os outros são o reflexo desta rotatividade.

O empreendimento A está elaborando as regras de convivência, o que segundo a gerência, vai melhorar o ambiente e a produtividade. Percebe-se entre as cooperadas que existe um ambiente favorável, com discussões e disputas dentro de uma normalidade, como sinaliza uma delas: “Nós somos aqui uma família, às vezes a gente discute, mas é normal né, a gente acaba se entendendo” (Entrevista 02, Empreendimento A).

As pessoas novas que ingressam no empreendimento passam por um período de experiência, que nas duas cooperativas dura em torno de um a dois meses, se ela se adaptar ao ambiente e ao trabalho, passa a ser associada como destaca uma cooperada do empreendimento A: “A pessoa entra aqui e fica um mês aprendendo e fazendo a experiência junto com as cooperadas, depois de um mês ela decide se quer ficar ou não, aí ela já passa a ser uma cooperada” (Entrevista 04, Empreendimento A).

Os agentes trabalham onde se adaptam melhor e podem mudar de função dependendo da demanda, a divisão de tarefas é feita diariamente no início da manhã de acordo com as necessidades do dia: “(...) eu distribuo as tarefas no início do dia. É como uma família, às vezes a gente se desentende, mas cada um tenta dar o melhor de si” (Entrevista 01, Empreendimento A). Percebe-se na fala deste agente que em geral o ambiente é bom, mesmo que às vezes seja inevitável discutir. É recorrente nas conversas com os sujeitos o uso do termo família, comparando a empresa ao seu núcleo familiar. Observa-se também, a distribuição das tarefas, que é feita diariamente.

Apesar de a diretoria possuir tarefas diferentes daquelas da maioria dos cooperados também são considerados da “família”. É deles o papel de cobrar efetividade no trabalho, como podemos observar nesta fala:

Quando chega uma pessoa nova aqui, pelo contato boca a boca mesmo, agente vai vendo onde ela se adapta melhor, experimenta na costura simples, no corte, pra ver se ela sabe ou aprende rápido, nós trabalhamos em horário comercial (Entrevista 04, Empreendimento A).

O relacionamento entre os cooperados passa pela ideia de que produzindo juntos e produzindo mais todos ganham. É um ambiente favorável para o trabalho, já que muitos destacam que trabalhar sem a pressão de um patrão é melhor, como destaca esta cooperativada:

Olha tem o negócio da Economia Solidária né, não tem patrão pra te fazer pressão, tá certo que aqui é mais largado, tem gente que falta muito e não dá nada, mas no fim é bom porque os lucros a gente divide, todo mundo trabalha e se todo mundo trabalhar direitinho a gente ganha mais (Entrevista 02, Empreendimento A).

Neste relato observa-se que mesmo que a produção seja mais “largada” a não pressão de um patrão supõe um ambiente de trabalho que destaca o fazer coletivo e conseqüentemente o ganho coletivo. As questões sobre as normas internas de convivência são discutidas geralmente em assembleia, mas há algumas decisões, que provem da diretoria, como indica a fala da associada a seguir:

Nós temos uma diretoria, é a diretoria que toma as decisões referentes a pedidos e vendas grandes. Nas assembleias são tomadas decisões como regras que estamos colocando agora aqui, o café é horário? Que horário se toma o chimarrão? Que horário é o intervalo? Essas coisas. (Entrevista 04, Empreendimento A).

Constata-se que nas assembleias são tomadas decisões que interferem diretamente no relacionamento entre os cooperados, mas cabe à diretoria do empreendimento as decisões referentes à dinâmica de vendas.

Outro fator a se destacar é a alta rotatividade dos agentes, que existe dentro dos empreendimentos de economia solidária de Chapecó. De acordo com a observação feita, a causa eminente desta realidade é a remuneração baixa, após um período na cooperativa, a tendência é ele voltar a trabalhar em empresas privadas. Para Moisés (2009) essa rotatividade dentro da empresa exerce uma força que prejudica o processo de produção, seja pela diminuição de agentes, seja pela saída de trabalhadores experientes na função.

Sendo isto significativo na organização do trabalho, elencarei alguns fatores responsáveis pela rotatividade nos empreendimentos de economia solidária de Chapecó, a partir das observações feitas *in loco*.

O primeiro fator a se destacar é a dificuldade em exercer a autogestão, muitos associados não exercem efetivamente a gestão delegando decisões à diretoria e preocupando-se em gerir os conflitos interpessoais existentes. A presença da autogestão, como mencionado anteriormente, é o que dá identidade o empreendimento como solidário, e está presente fortemente nas falas dos trabalhadores como ideal.

Outro fator que promove a rotatividade é o descontentamento com as formas de remuneração. Nos dois empreendimentos as remunerações não são iguais para todos, existem diferenças, como destaca a cooperada a seguir:

(...) aqui tem quatro valores de hora, não posso te dizer quanto é, mas são quatro valores diferentes. É diferente o valor da hora da diretoria, vendas externas, vendas internas, corte e costura sofisticada e costura simples. Fecha o mês, paga as contas, paga as horas, mas fica um capital na cooperativa. (Entrevista 04, Empreendimento A).

Observa-se que há valores diferentes entre as cooperadas, o que causa descontentamento e conseqüentemente a saída de alguns agentes. Verifica-se que a divisão das sobras é feita por uma hierarquia de valores do trabalho, muitas vezes não entendida nem aceita por alguns sujeitos.

Ainda pode-se apontar um terceiro fator, a dificuldade na transmissão das informações referentes à gestão do empreendimento. Muitas vezes assuntos que deveriam ser tratados em assembleia são decididos no pequeno grupo e não chegam ao conhecimento de todos os envolvidos, causando disparidades na informação. Vale ressaltar que a falta de informação é um grande problema para empresas solidárias, pois é a comunicação a grande ferramenta para a efetivação do processo democrático. Desta forma muitas informações acabavam sendo omitidas, de modo que a desconfiança vai se propagando até levar ao desligamento de alguns cooperados.

Contudo os cooperados que permanecem são aqueles que além de motivações econômicas aderem ao empreendimento por convicções ideológicas e buscam dar continuidade e autenticidade às relações de produção, Para exemplificar isto resgato novamente o depoimento de uma cooperada: “A cooperativa vai crescer, já temos o galpão novo que você viu e agora vamos abrir a estamperia, a cooperativa vai crescer muito ainda. Que isso aqui dê mais frutos, mais trabalho pra mais gente” (Entrevista 01, Empreendimento A).

O depoimento mostra que aqueles agentes que estão vinculados ao empreendimento não só por motivações econômicas ao serem indagados quanto ao futuro da empresa se posicionam como membros do processo de crescimento. Vale ressaltar que “a solidariedade só é verdadeira se nasce da adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo (...). A sócio-economia solidária depende,

primariamente, da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade” (LISBOA, 2005, p.06).

3.4. Sobre a Experiência do Trabalho Autogestionário nos Empreendimentos

As experiências de trabalho autogestionária no Brasil, como já apresentado no segundo capítulo deste trabalho, são promovidas pela crise do modelo fordista que levou à busca de novas alternativas de organização do trabalho diante do desemprego e da perda dos direitos sociais. Sendo assim, nos empreendimentos estudados a primeira observação a ser feita quanto a caracterização das formas de organização do trabalho é que estas se dão em função da necessidade de buscar uma via alternativa de geração de emprego e renda.

Segundo Singer (2002) o conceito de economia solidária conserva como elemento identificador a contraposição ao individualismo, ou seja, a solidariedade e o processo de autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na distribuição mais igualitária do capital e na promoção da cooperação.

Entende-se que, como destaca Cruz (2004), a cultura cooperativista aparece com destaque nos momentos em que temos a restrição a outras alternativas de trabalho. Isto aparece nos discursos dos trabalhadores, que vindos de uma organização do trabalho na qual o assalariamento é visto como um direito dificulta a compreensão da gestão democrática.

Porém, este é um processo educativo ideológico dentro dos empreendimentos, percebe-se que os trabalhadores que já estão há algum tempo na empresa compreendem, mesmo que superficialmente, o que significa a autogestão, como percebemos neste trabalhador que já está imerso neste processo há dez anos:

A autogestão é desafiadora, primeiro porque é uma coisa nova para os trabalhadores, ele está acostumado a ser mandado, tem que estar ligado em tudo. Isso é fantástico. Nós debatemos as ideias, alguém executa, mas é o que foi decidido no coletivo, ele está representando uma decisão do coletivo (Entrevista 06, Empreendimento B).

É possível deduzir, a partir do relato exposto, que a gestão democrática está apropriada pelo trabalhador, que a percebe como inovadora difícil de ser assimilada por outros e, sobretudo, entendida como o pilar das relações entre os agentes.

Tanto no empreendimento A quanto no empreendimento B, temos uma organização hierárquica com diretoria, secretária, profissionais especializados, cargos, mas isso não impede que se efetive a gestão democrática, como vimos no depoimento acima. Porém, se faz necessário destacar limites encontrados nos empreendimentos para que isto se consolide plenamente.

O primeiro deles é o que Luiz Antônio Souto (2002) chamou de participação restrita do conjunto dos trabalhadores, ou seja, a separação no processo de decisão entre um grupo administrativo e os trabalhadores operacionais, cristalizando a hierarquização da gestão. Isto limita o processo autogestionário, mas não o impossibilita. Como se observou nos relatos anteriores as decisões operacionais quem toma é uma diretoria, um grupo gestor, já as decisões nas assembleias são aquelas que se referem diretamente à organização do espaço de trabalho coletivo e ao processo educativo.

O segundo limite é a adesão a novos membros e como estes assimilam os ideais de autogestão e de cooperação no trabalho, os dois empreendimentos têm estratégias distintas para a incorporação de novos membros. O empreendimento A mantém um tempo de experiência curto, sem momentos de formação educativa e com a urgência da adesão do trabalhador sem uma avaliação prévia, como percebemos no relato abaixo: “A pessoa entra aqui e fica um mês aprendendo e fazendo a experiência junto com as cooperadas, depois de um mês ela decide se quer ficar ou não, aí ela já passa a ser uma cooperada” (Entrevista 04, Empreendimento A).

Já no empreendimento B o tempo de experiência é maior, existem momentos de formação ideológica, mostrando o que é um empreendimento de economia solidária, e ao final do processo de experiência é feita uma avaliação do trabalho e do desenvolvimento do trabalhador, como ilustra o trecho abaixo:

Nós temos uma política, que ha dois anos, todos entravam como associados, mas tinha muita rotatividade e os trabalhadores queriam benefícios, mas a gente dizia que aqui você é dono, é mais que um empregado, você é dono. Então já tem uns dois anos que a gente primeiro contrata como funcionário e depois de mais ou menos um ano, que é o tempo para gente conhecer a pessoa e a pessoa conhecer a cooperativa, então ela poderá virar sócio, haverá uma assembleia avaliativa e veremos se ela pode ser sócia desde que o grupo aceite ela como sócia. Os critérios são: o trabalho, a atividade social e o relacionamento pessoal (Entrevista 05, Empreendimento B).

O ingresso de novos trabalhadores nos empreendimentos A e B são um desafio para a manutenção do processo de autogestão. Sendo que estes, no início não participam nas assembleias por não achar este ato importante. No empreendimento B os trabalhadores são contratados durante este ano de experiência, medida tomada pela cooperativa depois de verificar a enorme rotatividade que havia na empresa.

Um terceiro fator limitador a destacar é indisciplina no trabalho, é a incompreensão deste trabalhador quanto à dinâmica de trabalho dentro do empreendimento. Sendo associados alguns se acham no direito de faltar ao trabalho ou a se atrasar com frequência, o que dificulta a busca de melhores resultados na produção. Diz um cooperado: “aqui é mais largado, tem gente que falta muito (...) só precisamos nos organizar melhor com a disciplina (...)” (Entrevista 02, Empreendimento A).

Mesmo com estes fatores limitantes observáveis é possível identificar nos dois empreendimentos que o processo democrático é o que identifica as decisões e as relações de trabalho na empresa, não como idealizou Singer:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. (SINGER: 2002b, p. 09).

Mas de maneira geral, nos empreendimentos estudados percebe-se uma dialética entre os elementos que colaboram para a construção da gestão democrática e elementos que a limitam, a síntese deste processo apresenta mais elementos afirmativos, isto baseado nas respostas dadas pelos cooperados à seguinte pergunta: Qual a sua ideia sobre como seria trabalhar em uma cooperativa? Eis algumas respostas:

Foi um pouco de tempo para compreender que você tem mais participação. Um monte de coisa você decide junto (Entrevista 08, Empreendimento B). Primeiro você deixa de ser subordinado, você é obrigado a ser um gestor e segundo trabalhar na cooperativa é um projeto de vida (Entrevista 06, Empreendimento B). É o trabalho de um grupo, a gente é dono disso aqui, é um patrimônio nosso (Entrevista 03, Empreendimento A).

Por meio da análise destes discursos e da observação da dinâmica de trabalho dentro das duas empresas solidárias, pode-se inferir que a experiência de trabalho autogestionário é viável, não de maneira ideal, mas de maneira funcional, como modelo de uma organização do trabalho alternativo às formas de organização das empresas capitalistas tradicionais. Vale, então, recordar aqui o que afirma Thompson (1981), no sentido de que os valores não são pensados, nem pronunciados, são vividos.

CONCLUSÃO GERAL

A título de uma síntese final desta investigação, cabe inicialmente resgatar, o objetivo ao qual me propus que é o estudo das relações sociais de trabalho que se desenvolvem dentro dos empreendimentos de economia solidária, localizados na cidade de Chapecó, SC entre os anos de 1990 e 2010, e o problema de pesquisa, que visa observar se os empreendimentos de economia solidária são significativos, dentro do contexto socioeconômico de Chapecó, para a construção de outras formas de organização do trabalho que caracterizo como alternativas.

O fio condutor deste estudo foi a análise das formas de organização do trabalho, deste modo parte-se do esclarecimento da categoria “trabalho” a partir de um estudo epistemológico do termo e da definição de economia solidária evidenciando os ideais de

Paul Singer e Ricardo Antunes. Em seguida, posiciona-se o leitor quanto ao local da pesquisa, lembrando que a escolha da cidade de Chapecó para realização relaciona-se em primeiro lugar ao fato da cidade ter incorporado os programas de geração de trabalho e renda pautados nos princípios da economia solidária como política pública local e em segundo, por ser polo de uma das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares reconhecidas pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas.

A partir deste contexto apresento as formas de organização do trabalho nas agroindústrias de Chapecó como um comparativo às análises que faço das formas de organização do trabalho nos empreendimentos de economia solidária. No segundo capítulo foi apresentado uma contextualização geral da economia solidária e seu desenvolvimento regional, buscando identificar o arcabouço teórico por meio de seus idealizadores e situando o leitor quanto ao desenvolvimento da região oeste de Santa Catarina e mais especificamente no município de Chapecó. No último capítulo, por meio da pesquisa documental e empírica, é possível verificar em que medida os ideais da economia solidária estavam presentes no cotidiano das empresas solidárias pesquisadas e que outras possibilidades podem ser percebidas acerca da constatação de formas alternativas de organização do trabalho.

O marco temporal para tais reflexões foi a década de 1990 e 2000, sendo que neste período temos no Brasil o fortalecimento da economia solidária por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e conseqüentemente uma organização mais efetiva em todos os âmbitos, o que possibilita um estudo pautado nas reflexões e interpretações dos autores citados e uma observação mais substancial dos empreendimentos.

Observou-se com este trabalho que as experiências associativas de trabalho analisadas podem ser primeiramente, identificadas como iniciativas que apresentam uma forma de organização do trabalho com novos elementos, que a distancia das formas de organização do trabalho nas agroindústrias estudadas. Esta constatação fundamenta-se no esforço dos empreendimentos em efetivar os princípios de autogestão e cooperação em detrimento da heterogestão e da competição, identificados nas agroindústrias. Ainda é importante citar que as experiências associativas estudadas fortalecem, por meio do processo democrático instaurado, a produção coletiva. Porém, se faz necessário dizer que este processo ocorre dentro do modo de produção capitalista.

As análises realizadas a partir dos empreendimentos estudados apresentam como resultante das formas de organização do trabalho um modelo histórico-social que evidencia características que o configuram como modelo alternativo, organizado a partir do trabalho autogestionário, no qual os trabalhadores são donos dos meios de produção e da força de trabalho dentro dos marcos do capitalismo.

Outra constatação é que esta outra forma de organização do trabalho com seu arcabouço teórico ideológico, proporciona uma práxis pedagógica, quando observado os desdobramentos das relações de trabalho para além do trabalho, ou seja, o trabalhador leva para outras esferas, além da produção material, o conhecimento adquirido com a autogestão e os processos democráticos. Aproximando-se ao que Thompson chamou de processo de formação de classe. Apesar de este tema ser bastante interessante e ter aparecido nas análises dos documentos e entrevistas dos empreendimentos, esta abordagem se restringiu às relações de produção e à organização dos empreendimentos.

É demonstrado por meio do estudo empírico dos dois empreendimentos e seus arranjos na organização da dinâmica do trabalho, o que alguns autores, como Ricardo Antunes, já sinalizavam; que as experiências autogestionária apresentam-se como alternativas ao desemprego primeiramente e depois aos modelos de organização do trabalho tradicionais, mas ainda dentro do capitalismo, sendo que a relação capital-trabalho se mantém.

Como se pôde observar nos depoimentos coletados, muitos trabalhadores constituíram essa consciência de classe a partir da apropriação da ideologia pregada no empreendimento, sustentada pela efetivação dos conceitos de autogestão e cooperação no trabalho coletivo. Ainda há a percepção do trabalhador de que esta forma de organização das relações de trabalho confronta o modelo presente, por exemplo, nas grandes agroindústrias da cidade.

Com base no problema que orientou este trabalho, citado a cima, é possível inferir que de acordo com a caracterização das formas de organização do trabalho dentro dos empreendimentos estudados, percebe-se que estão presentes nas empresas solidárias características que as tornam alternativas ao modelo das empresas capitalistas tradicionais, confirmando a hipótese desta pesquisa.

A dinâmica de trabalho observada nos empreendimentos mostra que existe um distanciamento das formas tradicionais de organização do trabalho, se apresenta novas

formas de tomada de decisão, de relacionamento entre os trabalhadores e, sobretudo, a consciência do coletivo.

Tanto no empreendimento A quanto no B, o processo de assimilação dos ideais da economia solidária conduziu-os para uma melhor organização e gestão do trabalho. Cada participante sente-se parte do todo, com poder de decisão e com direito aos lucros obtidos. Isso fortaleceu o vínculo do trabalhador com os meios de produção posicionando-se antagonicamente às relações alienantes de trabalho verificadas nas agroindústrias citadas.

Apesar de haver, obviamente, experiências frustrantes nos dois empreendimentos, estas são resultado da dificuldade de romper com o condicionamento ideológico do trabalho capitalista clássico. Foi possível constatar que todos os agentes entrevistados têm em comum o desejo de alimentar a experiência da economia solidária e fortalecer o seu empreendimento.

Se por um lado a pesquisa evidenciou que as formas de organização do trabalho presentes nas empresas solidárias se apresentam antagônicas às formas de organização do trabalho nas agroindústrias, por outro lado percebeu-se que a assimilação dos princípios propostos pela economia solidária é um processo árduo e requer cuidado, sobretudo para novos integrantes desta dinâmica.

Este aspecto é relevante, sendo que os empreendimentos não têm uma estratégia de formação dos novos trabalhadores bem delineada. Estes passam a assimilar os valores solidários a partir da prática de trabalho. É importante, contudo, destacar que estes trabalhadores vêm de relações de trabalho marcadas pela exploração, e com a assimilação lenta dos princípios solidários percebem que sua atividade é geradora de novas relações sociais de produção, na qual predomina a lógica da reprodução ampliada da vida e não simplesmente a reprodução do capital. Essa afirmação é possível porque se constata no fazer diário dos empreendimentos as práticas e valores que apontam para uma perspectiva contrária aos valores e princípios observados nas relações de trabalho das agroindústrias.

Ao concluir esta pesquisa, fiel ao seu objetivo, cabe dizer que as formas de organização do trabalho no interior dos empreendimentos de economia solidária se distanciam das formas de organização nas agroindústrias do município de Chapecó, pois as empresas solidárias privilegiam a solidariedade em detrimento da competição, a

gestão do coletivo ao invés do individualismo e da heterogestão, do valor da vida à reprodução simples do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADS/SEBRAE. **Programa de Ação Integrada para Economia Solidária e Desenvolvimento Local**. [S.l. s.n], [s.d]. 17 transparências.

ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó**. Chapecó: Argos, 2002.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaio de Sociologia do Trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

AMORIN, Luciana M. “Relações de gênero e economia solidária: um estudo na maricultura catarinense”. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. Blumenau, v.1, n.1, p.01-25, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ed. Boitempo, São Paulo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2007.

APACO/CEPAGRI. **Animação de dinâmicas de desenvolvimento local do Oeste catarinense**. Projeto BNDS – Desenvolvimento Local/Cooperação Técnica do PNUD. Chapecó, set. 2001.

AP-LER. Associação de Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos. **Informativo ADVT – AP-LER**. Edição Especial. Cascavel, ano 9, fev. 2007.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8.ed. São Paulo: Forense, 1997.

ASSÉMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Projeto de lei nº 806/04, do Deputado Simão Pedro – PT e outros, 2011. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei%20n.14.651,%20de%2015.12.2011.htm>>. Acesso em: 31/01/2013.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho . **Trabalho e Economia Solidária: elementos para pensar a desigualdade social**. 62. Reunião Anual da SBPC Universidade Federal do Rio Grande do Norte MESA REDONDA – Economia Solidária – limites e possibilidades no combate a desigualdade social, Julho de 2010. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/62ra/mesas_redondas/MR%20Rosangela%20Nair%20de%20Carvalho%20Barbosa.pdf> Acesso em: 30/03/2013.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos Econômicos Regionais: modernização e empobrecimento do Extremo Oeste Catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BERTAUX, Daniel. L'approche biographique as validité methodologique, ses pontencialités. **Cahiers Internationaux de sociologie**. Paris, v. LXIX , 1980. pp. 59-72

BORGES, Livia. de O. “As concepções do trabalho: um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional”. RAC - **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, 81-107, Set./Dez., 1999a.

BOURDIEU, Pierre. Making the Economic Habitus: Algerian workers. **Ethnography**. jul. 2000. p.17-41.

BRAVERMAN, HARRY. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX**. 3d. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BUENO, Francisco da S. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Lisa, 1988.

CAMACHO, Ildfonso. Economía Alternativa en el Sistema Capitalista. **Revista de Fomento Social**, Córdoba, 1996. n.51, pp. 319-340,

CORAGGIO, José Luis. “La Relevancia del Desarrollo Regional en un Mundo Globalizado”. São Leopoldo. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, 2001. vol. 37, no 159, pp. 235-258.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Autonomia**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CEPA/SC - Instituto de Planejamento e economia Agrícola de Santa Catarina Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural. **Migração rural e estrutura agrária no oeste de Santa Catarina**. 2003. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/migracao.pdf> >. Acesso em: 21/11/2012.

CHAPECÓ, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Agricultura. **Empresa Mãe: Cooperativas Populares**. Chapecó: [s.n], 2002. 1 folder.

COSTA, Armando João Dalla. **A perdigão, a passagem do poder e profissionalização nas empresas familiares**. Texto apresentado no VI Congresso Brasileiro de História Econômica e VII Conferência Internacional de História de Empresas e publicado nos anais do evento, em CD-ROM. Conservatório-RJ, 5 a 7 de setembro de. 2005.

CRUZ, Dulcinéia. **A formação do “total trabalhador Sadia”**: um estudo de caso sobre o processo de qualificação dos trabalhadores na Sadia S.A. 150. Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

CRUZ, Antônio. “Economia solidária – A construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica”. In: **Cadernos de economia: Revista do curso de ciências econômicas**, nº 8. Chapecó, 2004.pp. 32-52.

CORAGGIO, José. “Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado”. In: **Proposta: revista trimestral de debates**. Ano 26, nº 72. São Paulo: FASE, 1997.

DACOREGIO, Elisete. “Economia popular solidária e igreja católica: a experiência dos mini-projetos alternativos (mpas) em Chapecó/SC, período de 1989 a 2005”. ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH -Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.

DAL ROSSO Intensidade do trabalho. (p.166-169) In: CATTANI, R. D. & HOLZMANN, L. (Orgs.) **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

DEFOURNY, J; DEVELTERE, P. e FONTENEAU, B. **Economie sociale au Nord et au Sud**. Bruxelles : Deboeck, 1999.

DUTRA, J. **Gestão por competências**. Gente, São Paulo, 2001.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

FBES, História. **A Trajetória do Fórum Catarinense de Economia Solidária**. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=310&Itemid=12 > acesso em: 20/09/2013.

FERRAROTI, Franco. **Storia e Storie di vita**. Saggi ascabillarterza: Ed. Roma, 1981.

FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. **Dicionário Prático de Cooperativismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

FROES, César; NETO, Francisco Paulo Melo. **Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GAIGER, Luiz. “Eficiência sistêmica”. In: CATTANI, Antonio (Org.). **La otra economía**. Buenos Aires, Altamira, 2004. pp. 213-220

GAIGER, Luiz Inácio. “Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos Solidários”. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Buenos Aires, v. 7, n. 13, 2001. pp.191-211

GAIGER, Luiz Inácio. “Significados e tendências da economia solidária”. In: Caderno CUT Brasil. **Sindicalismo e economia solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT**. Dezembro de 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. “Empreendimento econômico solidário”. In Antonio Cattani; Laville; Luiz Gaiger; Pedro Hespanha (orgs.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. Ed. Boitempo: São Paulo, 1999.

GOULARTI, Alcides Filho. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. “Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste”. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 611, 1999. pp. 219-273

HIGGINS, Sílvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó (SC), Ed. Argos, 2005.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. “Economia Popular”. In: CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

IBGE. Censo Industrial – 1960 a 1980. Disponível em: <
http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=censoindustrial&titulo=Censo%20Industrial%20-%201960-1985 > Acesso em 16/11/2012.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420420> > Acesso em: 16/11/2012.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SC. **A Realidade Catarinense no Século XX**. Florianópolis: Palácio Cruz e Souza, 2000.

KLOECKNER, Gilberto. Oliveira. **Fusões e aquisições**: motivos e evidência empírica. Revista de Administração 29(1), 1994. pp.42-58.

KRAYCHETE, Gabriel. “Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia”. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000. p. 15-37.

LAVILLE, Jean-Louis . **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer.1994.

LOPES, H. E. G.; MORAES, L.F.R. **Redes e organização: algumas questões conceituais e analíticas**. Anais do I ENEO, Curitiba, 2000.

LISBOA, Armando Melo de. **A economia popular no contexto da grande transformação**. Florianópolis: UFSC, 1998.

LISBOA, Armando de Melo. Economia Solidária e Autogestão: imprecisões e limites. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 3, p.109-115, jul./set.

2005. Disponível em: < <http://www16.fgv.br/rae/redirect.cfm?ID=3885>>. Acesso em: 20/06/2014.

MANCE, Euclides. **Como organizar redes solidárias**. RJ: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – Livro primeiro: o processo de produção do capital, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, v.1.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. “A Socioeconomia Catarinense no limiar do século XXI”. In: PEREIRA, Laércio et.al (Orgs). **Padrão produtivo e dinâmica econômica Competitiva: Estudo sobre setores selecionados em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2001. p. 29-48.

MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A Socioeconômica catarinense: Cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. Relatório de Pesquisa – Universidade Federal da Paraíba/Universidade de São Paulo. 2004.

MOISÉS, Patrícia Meireles. **O trabalho na economia solidária**: estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem. 2009. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/TMCB-7X3MJ5>>. Acesso em: 20/06/2014.

MORAES NETO, B. R. **Século XX e Trabalho Industrial: taylorismo/fordismo, ohnoísmo e automação em debate**. São Paulo: Xamã, 2003.

MOSER, Liliane. “Trajetórias e narrativas de trabalhadores em programa de geração de trabalho e renda em Chapecó-SC”. **Narrativas**, Chapecó: Cadernos do CEOM, v.19, n.25, p. 81-121, dez. 2006.

MOSER, Liliane; SOUZA, Cristina Campos de Sá de. **Projetos de geração de trabalho e renda**: Alternativas de superação e enfrentamento da pobreza, Chapecó: Mimeo, 1999.

MOTTA, F. C. P. **Burocracia e autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **O Trabalho de Dionísio: para a crítica ao estado pós-moderno**. Juiz de Fora: Pazulin, 2004.

OLIVEIRA, Eduardo. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. “Educação popular na economia solidária: uma ponte para a construção do novo”. In: CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MECDONALD

José Brendan; MELO NETO José Francisco de (orgs.). **Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos**. Maceió: EDUFAL, 2005.

ORLOWSKI, Rosimari Fátima; AREND, Silvio Cezar. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico na AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina. **Cadernos de Economia**, Chapecó: UNOCHAPECÓ, n. 17, p.61-82. Jul/dez. 2005.

PAIVA JR.; LEÃO, A. L. & MELLO, S. C. B. Competências empreendedoras em dirigentes de êxito socialmente reconhecido. In: **XXVII ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**. Anais.2003, Atibaia-SP.

PEIXOTO, José. “Autogestão: um modelo alternativo de reestruturação da produção”. In: PONTE Jr., Osmar (Org.) **Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão**. Fortaleza: Expressão, 2000.

POLI, Odilon Luiz; LEITE, Márcia de Paula. **Economia Solidária e Formação Humana: Experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares e associativas no oeste catarinense**. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado, 2006.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PREFEITURA DE CHAPECÓ: Disponível em <
<http://www.chapeco.sc.gov.br/chapeco/historico.html#/colonizacao> > Acesso em
11/05/2013.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora, 1996.

RAMOS, Guerreiro. **Organização Racional do Trabalho**. Brasília: CFA, 2009.

RAZETO, Luiz. Economia de Solidariedade e Organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (org). **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

RAZETO, Luis. **Las empresas alternativas**. Montevideu: Editorial Nordan-Comunidad, 1990.

RECHE, Daniela; SUGAI, Maria Inês. **A influência do capital agroindustrial na distribuição sócio-espacial urbana do município de Chapecó no sul do Brasil**. Unisersidad de Barcelona, 2008. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/257.htm> > Acesso em 30/10/2012.

RENK, Arlene. **Sóciodicéia às avessas**. Grifos, Chapecó 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Atlas, São Paulo, 1999.

ROSA, M. I. **Trabalho, subjetividade e poder**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Letras & Letras, 1994.

SADIA. Disponível em: <www.sadia.com.br> Acesso em 31/10/2012.

SANTA CATARINA. INSTITUTO CEPA. **Informações da agricultura catarinense**. Disponível em: www.icepa.com.br. Acesso em: 31/10/2012.

SANTOS, Maria Aparecida dos. **O sofrimento dos trabalhadores da agroindústria Sadia S.A. de Chapecó**. Dissertação; orientadora, Claudia Maria França Mazzei Nogueira. – UFSC, Florianópolis, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95941?show=full>. Acesso em 28/12/2012.

SANTOS, B.; Rodríguez, C. “Para ampliar o cânone da produção”. Em B. Sousa Santos (Org.), **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista** (pp. 23-64). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura S. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Rosângela C. da. Terras Públicas e Particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada. (Dissertação). Florianópolis: UFSC, 1983.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego**, Editora Contexto, São Paulo, 2000.

SINGER, Paul. “Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao Neoliberalismo”. In: Proposta – Revista **Trimestral de Debates**. São Paulo: FASE, 1997.

SINGER, P. **Crise do trabalho e economia solidária**. Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/itcpararaquara/> [>arquivos >textos para download]. Acesso em: 20/06/2014.

SOUTO, Luiz Antonio. “Estudo de caso em uma das empresas pioneiras”, in R. Valle (org.), **Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?**, Relume-Dumará Rio de Janeiro, 2002.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**. Florianópolis: EPAGRI. 1996.

THEIS, Ivo M; NODARI, M. dos Santos. “A Agroindústria de Aves e o Desenvolvimento Regional no Meio Oeste Catarinense”. **Cadernos de Economia**, Chapecó: UNOCHAPECÓ, n. 07, p.07-28. Jul/dez. 2000.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TITTONI, Jaqueline. **Trabalho, Poder e Sujeição: trajetórias entre o emprego, o desemprego e os novos modos de trabalhar**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

TOLEDO, J.C. ; BATALHA, M.O. ; AMARAL.D. C. “Qualidade na Agroindústria Alimentar: Situação Atual e perspectivas”. **Revista de Administração de Empresas**. v. 40, n.2,2000. pp.90-101

TOLEDO, J.C. “Gestão da Qualidade na Agroindústria”. In; BATALHA, M.O. **Gestão Agroindustrial**. 2ª Ed. Ed Atlas, São Paulo, , v.1, 2001. pp.465-517.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

ZIGLIO, Luciana. *Redes socioambientais e a cooperação internacional: GARSD*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27092012-113608/pt-br.php>> Acesso em 23.06.2013.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados de Identificação

Nome do entrevistado e número da entrevista:

Lugar da entrevista:

Sexo:

Idade:

Nível de escolaridade:

Local de Nascimento:

Ocupação:

Trajatória e Motivação pessoal

1. Como surgiu na sua vida a possibilidade de se tornar Cooperado?
2. Há quanto tempo está na cooperativa?
3. Quais foram os três últimos lugares em que você trabalhou?
4. Por que você se interessou por este tipo de trabalho?
5. Qual a sua ideia sobre como seria trabalhar em uma cooperativa?
6. Como você compara seu trabalho anterior com o trabalho na cooperativa?
7. Quais são seus projetos para o futuro?
8. Como você vê o futuro da Cooperativa?

Seu trabalho

1. Todos os trabalhadores realizam o mesmo trabalho?
2. Como é o relacionamento entre os membros da cooperativa?
3. Fale do seu trabalho. Como ele é? Do que você gosta mais? Do que você não gosta?

Perguntas para os coordenadores

1. Como são organizados os cargos e as funções?
2. Como é organizada a produção?
3. Que trabalho você faz?
4. Como são as tomadas de decisão?
5. Como é definido o tipo de trabalho para cada pessoa? Horário e tempo dedicado ao trabalho?
6. Quais são as formas de contratação?
7. Como é o ingresso de novos trabalhadores?
8. Existem formas de subir de cargo?
9. Como é definida a remuneração do trabalho dentro da cooperativa?
10. Como é definida a distribuição dos rendimentos dentro entre os cooperados?